ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

Quinta-feira, 22 de Janeiro de 1976
ANO 100.º—N.º 33 077—Preço: 4$00
Independente

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DIRECTOR INTERINO:
SILVIO L. F. SILVA

Propriedade da Empresa do «Diário de Notícias», Lda.—Administração, Redacção e Oficinas: Rua da Alfândega, 8—Telegramas «Notícias»—C.P. 421—Teefs.: 20051/32—Telex 72161—FUNCHAL

Diplona
de Erlemann
CONTRA A CALVÍCIE
REP: — PROFARMA - R. HORTAS, 4

CONSELHO DE MINISTROS FIXA PREÇOS DE VENDA AO PÚBLICO

—HORÁRIO NACIONAL DE TRABALHO: MÍNIMO DE 40 E MÁXIMO DE 45 HORAS

O Conselho de Ministros reuniu em S. Bento (residência oficial do primeiro ministro) tendo sido tomadas as resoluções e aprovados os projectos de diploma a que a seguir se faz referência sumária:

1. Como ponto prévio, o ministro do Comércio Externo fez uma exposição ao Conselho de Ministros em que relatou os mais relevantes aspectos da sua recente deslocação à Jugoslávia e os resultados francamente positivos alcançados, que podem resumir-se na existência de boas perspectivas no domínio das trocas comerciais do nosso país. O ministro transmitiu ainda ao primeiro-ministro e ao Conselho o apreço das autoridades jugoslavas pela revolução portuguesa e pela linha política do seu actual Governo, traduzida por uma franca abertura à cooperação mútua em vários domínios.

2. Também como ponto prévio foi ratificada a resolução do Conselho de Ministros de 16-12-75, que nomeou dois vogais da comissão interministerial de saneamento e reclassificação, por forma a atribuir à nomeação efeitos a partir de 1 de Novembro de 1975.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução segundo a qual os critérios a adoptar em matérias de licenciamento e registo prévio de operações de comércio externo são os constantes da legislação em vigor e das instruções, sobre esta matéria, emanadas da Direcção-Geral do Comércio Externo, devendo as entidades com competência para conceder licenciamentos e elaborar registos enviar a essa Direcção-Geral, mensalmente, um relatório completo das suas actividades já realizadas ou em curso de realização.

PREÇOS MÁXIMOS DA CARNE DE BOVINO

4 — O Conselho de Ministros aprovou um projecto de decreto-lei do Ministério do Comércio Interno, que fixa os preços de compra à produção e entrega ao comércio de gado bovino e estabelece tabelas de preços máximos de venda ao público de carne verde e congelada de bovino e de carne de vitela. Este decreto, e as tabelas anexas, entrarão em vigor na data da sua publicação no «Diário do Governo».

A margem mais elevada do círculo comercial da carne é actualmente absorvida pelo interveniente de função social mais discutível e de menor contribuição para o todo.

A correcção de tal circuito só é possível quando um comprador público assegurar os preços à produção, de acordo com os seus custos e uma razoável margem de lucro. Tal implica que se alargue gradualmente o número de matadouros em que actua, como comprador, a Junta Nacional de Produtos Pecuários que, comprando o gado a preço fixo, o pode entregar ao talhante a preços também fixados, só deste modo se garantindo verdadeiramente a eficácia das vendas ao público.

O diploma aponta, claramente, os objectivos a atingir E tem em conta as limitações dos recursos existentes e que impedem a concretização imediata de tais objectivos

Por isso, e a curto prazo, o diploma limita-se a concretizar legislativamente práticas iniciadas sem a necessária cobertura financeira e que, só por esta razão não puderam ser minimamente actuantes.

O financiamento adequado, agora previsto, permitirá intervenções a tempo e prazos de pagamento operacionais e mobilizadores. Por isso se poderá de algum modo afirmar que os preços afixados à produção, sendo já praticados, passam a ser agora, e só agora, realmente garantidos, uma correspondente melhoria do rendimento dos pequenos e médios agricultores.

O esquema de intervenção agora estabelecido consiste essencialmente em fixar preços à produção por um comprador público, que será a Junta Nacional de Produtos Pecuários, no matadouro.

O primeiro preço fixado é pois o preço à produção, segundo o preço da carcaça e a respectiva categoria. O apresentador do animal para abate poderá ser o produtor ou o marchante Mas, neste caso, o produtor fica dotado de meios para poder comprar o preço que lhe é oferecido pelo marchante e aquele a que teria direito se apresentasse o animal a abate. Todo o gado abatido fica, na altura do abate, propriedade da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, que o entrega ao talhante ao preço também fixado.

É assim possível assegurar também preços máximos de venda ao público, regime a que são sujeitas todas as categorias de carne de bovino e novilho e ainda a carne de vitela que, tradicionalmente se encontrava sujeita ao regime de preços livres. O diploma anexa, e foram com ele aprovadas, as seguintes tabelas de

(Continua na 4.ª página)

Guerrilheiros libaneses do Partido Socialista, disparam as suas armas, entrincheirados num local a poucas milhas ao Sul de Beirute.

Anunciou ontem a agência palestiniana Wafa que uma força conjunta de guerrilheiros palestinianos e milícias muçulmanas «marcha sobre Beirute» após ter conquistado a cidade chave de Chtoura. A televisão estatal declarou, por seu lado, que o país «entrou num estado de anarquia armada total», acrescentando que o país é abalado por combates «de uma ponta à outra». Grande parte da devastada capital libanesa encontra-se já nas mãos dos muçulmanos, após intensos combates travados com falangistas da direita durante os últimos nove meses. Reforçados por uma importante força palestiniana, muçulmanos e guerrilheiros, após conquistarem Chtoura — a 48 quilómetros de Beirute — cercam agora Zahlah, no vale Bekas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, major Melo Antunes, trocando impressões em Viena, com o chanceler Bruno Kreisty. Melo Antunes, que reuniu naquela cidade com os embaixadores de Portugal nas capitais dos países do Este europeu, segue hoje para Bruxelas afim de participar na reunião extraordinária do Conselho da N. A. T. O., que se realiza na tarde do dia 23 e a que estão presentes todos os ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança Atlântica.

JUNTA GOVERNATIVA DA MADEIRA

— GOVERNO APROVOU NOVO PROJECTO DE DECRETO-LEI

Serão hoje retomadas, pelas 17 horas, as conversações ontem havidas na Fortaleza de São Lourenço em que, sob a presidência do governador do Distrito, brigadeiro Carlos Azeredo, intervieram as delegações dos partidos Popular Democrático e Socialista, tendo como objectivo a formação da Junta Administrativa e de Desenvolvimento da Madeira.

Entretanto, o último Conselho de Ministros, ao abordar a problemática das ilhas, aprovou um projecto de decreto-lei do Ministério do Comércio Interno que, em obediência ao esquema de descentralização administrativa que presidiu à criação da Junta de Planeamento da Madeira e da Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional dos Açores, atribui a estas competência para elaborar documentação com vista à fixação dos preços à produção e venda ao público de carne de bovino e ainda dos preços de gado bovino para exportação. Deverão também regulamentar um eficaz sistema de controlo do abastecimento.

REACÇÕES PARTIDÁRIAS ao relatório do 25 de Novembro

LISBOA, 21. — Organizações e partidos políticos directamente atingidos pelo teor do relatório preliminar sobre os acontecimentos do 25 de Novembro começam a reagir ao seu enunciado, protestando ou esclarecendo certos pontos do mesmo

Assim a comissão administrativa da Câmara Municipal de Torres Novas, acusada no relatório de «frequentar a base-escola de tropas pára-quedistas, «a fim de receber instrução de tiro» exige que a comissão de inquérito publicamente indique provas que diz possuir», precisando que «tais factos são totalmente falsos, constituindo verdadeira afronta e calúnia para a dignidade dos visados».

Por seu turno a Liga Comunista Internacionalista considera que as «forças políticas burguesas e a hierarquia militarista pretendem com este relatório prosseguir e aprofundar a sua ofensiva, iniciada contra Vasco Gonçalves e que hoje continua»

O Movimento de Esquerda Socialista por sua vez afirma que o «chamado relatório preliminar acerca do 25 de Novembro não é outra coisa senão o início do processo político e ideológico da própria revolução, criação das forças de direita civis e militares que preparam afanosamente condições para a última fase do golpe fascista».

Por seu lado o Partido Revolucionário do Proletariado declara que debruçou-se sobre «falsidades do relatório» e «repudia o facto dos autores do relatório empregarem povocatoriamente a sigla PRPBR, quando há vários meses é pública a separação orgânica entre o partido e as brigadas revolucionárias».

«Com um relatório deste tipo que mistura boatos com frases que se pretendem tranquilizadoras — afirma por seu turno a associação dos ex-presos políticos anti-fascistas — os militares conciliadores julgam deter as exigências da direita fascista e dos provocadores que pretendem a pura e simples ilegalização das organizações de esquerda»

Também a comissão de trabalhadores da empresa Xavier Lima vem a público esclarecer «o papel da firma na rede rádio do PRP RR «conforme está descrito no relatório». Diz aquela comissão:

«No dia 11 de Março aquele partido pretendeu utilizar camionetas e automóveis pertencentes à empresa, o que dentro da nossa linha de não ingerência partidária lhes foi recusado.

Porém depois de enorme pressão e intimidação, utilizou aquele partido duas viaturas daquela empresa».

Em sinal contrário pronuncia-se a Juventude Social Democrática que para além de críticas a Mário Soares e ao major Melo Antunes pelas suas posições em defesa da permanência do PCP no Governo afirma a dado passo:

«Neste momento em que está publicamente divulgada a implicação do PCP, FUR e UAP no golpe de 25 de Novembro, impõe-se o afastamento destas forças antidemocráticas dos centros do poder e decisão, bem como todas aquelas que os apoiam». —ANOP

última hora

ACTUALIZAÇÃO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL

O Ministério da Administração Interna divulgou ontem as partes mais importantes do decreto-lei que regulamenta a actualização do recenseamento eleitoral. O novo recenseamento, a ser realizado por comissões que serão formadas até o dia 30 deste mês e que contarão com cooperação dos partidos políticos, servirá para todos os actos eleitorais de 1976.

ELEIÇÕES GERAIS NA R.F.A.

O chanceler Helmut Schmidt, da Alemanha Federal, concordou ontem que as próximas eleições gerais se realizem até 3 de Outubro. O porta-voz afirmou que o Governo concordará com essa data, embora coincida com o último Festival de Cerveja de Munique e com o primeiro dia de férias de Outono de Hamburgo.

■ Brevemente será autorizada a venda na URSS de 80 jornais ocidentais, figurando no contingente o «New York Times» e o «Washington Post».

■ A «Air France» anunciou que o voo inaugural do seu «Concorde» para o Rio de Janeiro tinha sofrido ligeiro atrazo, pouco depois de ter descolado de Dacar, devido a um deficiente funcionamento na tomada de ar de um dos motores.

UM MORTO NOS INCIDENTES OCORRIDOS NA PARALIZAÇÃO DOS RETALHISTAS DE LISBOA

LISBOA, 21 — Conhece-se já a identidade do jovem que esta tarde foi mortalmente ferido a tiro, no decorrer dos incidentes ocorridos na baixa lisboeta, na sequência da paralisação do comércio retalhista. Trata-se de João António Lomba, de 25 anos, que chegou ainda com vida ao banco de urgência do Hospital de São José, mas que não resistiu aos ferimentos provocados pela bala que lhe atravessou o coração.

Devido àqueles incidentes deram ainda entrada naquele estabelecimento hospitalar, onde se encontram internados, Armando Sepulveda Moteiro, de 52 anos, morador em Almeirim, Manuel António Rocha Fernandes, de 23 anos guarda da Polícia de Segurança Pública, e Cândida Valente Vieira, sessenta anos, todos com ferimentos provocados por balas, inspirando o seu estado cuidados.

No banco da urgência daquele hospital foram ainda tratadas mais duas pessoas, feridas naqueles incidentes.

A paralização foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio contra o congelamento da contratação colectiva e como protesto contra não comparência das entidades patronais às negociações no Ministério do Trabalho.

Na baixa lisboeta, centro comercial da capital, a greve teve adesão da grande maioria dos estabelecimentos, sendo, ao que pudemos averiguar, total nos grandes armazéns No início da greve, às 15 horas, várias lojas não aderiram, particularmente discotecas e ourivesarias, verificando-se a partir das 16 horas o encerramento de quase totalidade do comércio da baixa. De registar que nalgum pequeno comércio a venda era assegurada pelos proprietários. Piquetes de greve dirigiram-se aos estabelecimentos abertos, no intuito de conseguir a sua paralização. Entretanto, há a registar a presença de pelo menos um indivíduo que se deslocou a várias concentrações populares tentando exaltar os ânimos que os dirigentes sindicais, por seu turno, tentavam acalmar.

Segundo o capitão Coutinho Ferreira, declarou à ANOP na esquadra junto ao Teatro Dona Maria, é de admitir que tenha havido provocação de marginais, o que teria levado ao início dos incidentes.

Entretanto, contactado pela

(Continua na 4.ª página)

P.S. DISCUTE A PROPOSTA DO C.R.

Prosseguiram durante todo o dia de ontem os contactos do Conselho de Revolução com o Partido Socialista, este representado por Jaime Gama Sotto Mayor Cardia, Manuel Alegre e António Reis. O Conselho de Revolução representado por Ramalho Eanes, Melo Antunes e Martins Guerreiro. O P.S. considera que a sua posição é muito crítica em relação à proposta. Melo Antunes consideraria existirem pontos de convergência nas discussões e disse-se optimista. Sotto Mayor Cardia recusou-se a detalhar os pontos em que o Partido Socialista discorda da nova proposta de pacto. Hoje às nove horas no mesmo local prosseguem negociações com o Partido Socialista.

regional

Na Escola do Magistério Primário — Página 8

CURSO DE CONFECÇÃO E MANEJO DE FANTOCHES

«Indicadores da actividade económica»

1975: MOVIMENTO NA HOTELARIA MADEIRENSE — Página 3

«Ouvimos na rua»

ABRIR AOS MADEIRENSES AS PORTAS DA UNIVERSIDADE

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

Teatro Municipal
14 MORTE EM AMSTERDAM e NOITES ARABES
17.30 NOITES ARABES
O FURTO É A ALMA DO NEGÓCIO
21.15 A divertida comédia A MAIS ANTIGA DAS PROFISSÕES
A447

Cine-Parque
18 O filme de amor e sexo NOITES ARABES
21 Espectacular estreia do filme de aventuras A CASA DOS DIAMANTES
A448

CINE PARQUE
Hoje 21 ESTREIA
O espectacular filme policial
A449
A CASA DOS DIAMANTES
CANDICE BERGEN · CHARLES GRODIN · JAMES MASON · TREVOR HOWARD · JOHN GIELGUD

AMANHÃ — Filmes Castelo Lopes apresenta em Estreia no TEATRO MUNICIPAL
Eva
-a primeira pedra
Um filme sueco sobre o amor proibido
A450

COMUNICADO

Os estabelecimentos Caravela — Rua da Carreira, 296, comunicam aos clientes que faltam levantar o resto do CABAZ de 1975 o favor de proceder ao levantamento com excepção do QUEIJO, que terá de ser substituído por qualquer artigo à escolha do assinante por falta no mercado.

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

EDITAL

EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM MUNICIPAL

Faz-se público que, na reunião desta Câmara Municipal a realizar no dia 5 do próximo mês de Fevereiro será dado de arrematação o direito da exploração do Bar do Jardim Municipal.

A base de licitação é da importância de 500$00 mensais.

Os interessados deverão apresentar as suas propostas até às quinze horas daquele dia.

Qualquer outros esclarecimentos podem ser solicitados na Secretaria onde se encontram patentes as condições de adjudicação.

Se a Câmara o julgar conveniente aos seus interesses, procederá à licitação verbal entre os proponentes.

Funchal e Paços do Concelho, aos 13 de Janeiro de 1976.

O VOGAL NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Aurélio Gonçalves Canha

M91

PUBLICIDADE

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

EDITAL

Virgílio Higino Gonçalves Pereira, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho do Funchal.

Torna-se público que pelo período de 20 dias contados da publicação deste Edital nos jornais locais, podem quaisquer interessados apresentar reclamações relacionadas com a desafectação que esta Câmara Municipal pretende efectuar de uma parte de terreno com a área de 13,50 m2 que integrava o Beco das Portadas e confronta do norte e sul com o Beco das Portadas, do nascente Câmara Municipal do Funchal (antes Manuel Pereira dos Reis) e do poente Câmara Municipal do Funchal (antes Filipe Florença Herdeiros) por desnecessária ao uso público.

Funchal e Paços do Concelho, aos 14 de Janeiro de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa

Virgílio Higino Gonçalves Pereira

M137

pequenos anúncios

CASA — PRECISA-SE
Tomar de aluguer no Funchal ou em Câmara de Lobos ou no trajecto Funchal-Câmara de Lobos. Tratar telef. 29648. M131

CASA — COMPRA-SE
nos arredores do Funchal, com 3 quartos, cozinha e quintal. Tratar telefone 32532. M129

DUPLICADOR — COMPRA-SE
Em 2.ª mão, de estencils. Tratar pelo telefone 21700, com Laurindo. A460

EMPREGADA DOMÉSTICA
PRECISA-SE
Telefone 22765. Pode dormir fora. A454

EXPLICAÇÕES
Inglês e Francês — 2.º ciclo. Para informações contactar pelo telef. 21992 das 13 às 14,30 e das 18 às 20.30 horas. M132

FENO COMPRA-SE
Qualquer quantidade.
Preço verde 1$50/kg
» seco 3$00/kg.
Tratar telefone 27291. M138

FORD ESCORT
Vende-se, por motivo de embarque com 12700 Km. Tratar pelo telefone 24753 das 9 às 10 horas. A441

PREÇOS INCRÍVEIS...!
Fabulosos saldos de fábricas e saldos da VOGA no alto da R. Tanoeiros 81 e na Rua Fernão Ornelas 66, tudo a preços de liquidação, só até o fim do mês, para senhora, homem e criança. Montões de pulóveres, Camisolas, blusas, blusões, vestidos de malha, boas calças de ganga e calças de terylene; camisas da noite, cintas, camisas, pijamas de flanela, calças e outros artigos que A VOGA está a liquidar. A442

CASA — PRECISA
Casal sem filhos, c/ 2 ou 3 quartos. Aqui se diz. A446

RENAULT-10
VENDE-SE. Motivo de retirada. Tratar telef. 29555. M139

VENDE-SE
RECHEIO DE CASA.
Tratar telef. 29555. M140

VENDEM-SE
2 prédios bom preço. Trata-se telef. 21309 das 10 às 13 horas. M136

VENDE-SE
AUSTIN MAXI 1750, 33.000 km, com tejadilho de correr, 5 portas. Perfeito estado de conservação. Aqui se diz. M147

ANÚNCIO

TRIBUNAL DE FAMÍLIA DE LISBOA

4.º JUIZO 1.ª SECÇÃO

Faz-se saber que neste Juízo e Secção nos autos de Acção Ordinária de Divórcio que JOSÉ NORBERTO NÓBREGA COSTA, move contra MARIA DE LOURDES DE SOUSA COSTA, com última residência conhecida no Beco das Frias, n.º 17, no Funchal, correm éditos de trinta dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando a ré para no prazo de vinte dias, findo o dos éditos, contestar, querendo, o pedido que consiste em ser decretado o divórcio, com fundamento na alínea a) do art.º 1778.º do Código Civil, bem como o benefício da assistência judiciária.

Lisboa, 3 de Dezembro de 1975.

O Juiz Corregedor,
João Carlos Leitão Beça Pereira
O Escrivão de Direito,
Manuel d' Oliveira Martins

M143

médicos

DR. CAMACHO DE FREITAS
MÉDICO ESPECIALISTA EM DOENÇAS DA PELE
Ex-assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
Ex-assistente do Instituto Português de Oncologia
Consultas diárias por marcação a partir das 16 horas
Consult.: R. Ant.º José de Almeida 25-6 (frente à Sé), tel. 26410
T33

É vio M. Ribeiro Pereira
Médico psiquiatra (doenças nervosas). Director do Centro de Saúde Mental do Funchal. R. Dr. Fernão Ornelas, 33-1.º. Telef. 22562. Res. 30252. Consultas por marcação. V79

NÓBREGA FERNANDES
Médico especialista em psiquiatria
DOENÇAS NERVOSAS
Consultas por marcação a partir das 14 horas
Rua 31 de Janeiro, 75-1.º Dto.
Telefones Consultório 31782
M21 Residência 23446

NÉLIO FERRAZ MENDONÇA
MÉDICO ESPECIALISTA
PARTOS — DOENÇAS DE SENHORAS
Consultas diárias, excepto aos sábados. Por marcação a partir das 15 horas.
Consultório: R. Aljube, 61-2.º
Telefones Resid. 28100
U41 Cons. 25700

DR. JAIME JARDIM FERNANDES
Especialista de Ortopedia e Traumatologia
(Doenças de ossos)
Consultas diárias excepto aos sábados das 15,30 às 19 horas. R. das Fretas, 92-1.º Telef. 23700
Residência Telefone 21506.
Consultas por marcação. X71

JAIME RICARDO JORGE
Cirurgião dos Hospitais Civis de Lisboa. Director do Serviço de Cirurgia 1 do Hospital Distrital do Funchal. Consultas — R. Câmara Pestana 24-1.º.
2.as, 4.as e 6.as às 15,30 horas
Telefs.
Hospital—32111
Consult.—21001
Res.d.—28882
V76

BEBA MURGANHEIRA BRANDY
V212

Cine Santa Maria
Telef. 33900
Hoje, às 15.00, 18.00 e 21.15 h.
«O JUSTICEIRO DA NOITE»
é
CHARLES BRONSON!
Duro... Implacável... Arrebatador!
M133 Technicolor

Extracto de Mirtilo REVOLA
O EXTRACTO DE MIRTILO REVOLA tem um teor garantido em vitaminas A e C. Uma drageia contém 15 U. I de vitamina A e 2,5 mg de vitamina C.
A vitamina A protege a pele e as mucosas e auxilia a visão.
A vitamina C aumenta as resistências do organismo.
O EXTRACTO DE MIRTILO além da sua riqueza vitamínica, tem ainda uma acção antidiarreica e antidiabética.
M73
À venda nas FARMÁCIA DO CHAFARIZ e FARMÁCIA DOIS AMIGOS.
SEMPRE MAIS SAÚDE COM SARACIL

Ordem dos Advogados
Delegação na Comarca do Funchal

É convocada a Assembleia Geral dos Advogados desta Comarca, para o próximo dia 27 de Janeiro corrente, pelas 16 horas, na respectiva Sala da Delegação no Palácio da Justiça, a fim de deliberar sobre a aprovação das contas do ano anterior e sobre outros assuntos de interesse para a classe.

Não havendo quorum à hora designada, será a Assembleia realizada no dia 5 do próximo mês de Fevereiro, pelas 17 horas.

Funchal, 21 de Janeiro de 1976

O Presidente da Delegação

Tomás Isidoro Pita da Silva

A451

ATENÇÃO

Compram-se móveis usados de qualquer espécie, tais como mobílias de quarto de dormir, de jantar e sala, ou qualquer outras peças, cadeiras, mesas, catres de ferro, louças, cristais, etc. Pagam-se aos melhores preços. Tratar todos os dias pelos telefs. 32876 e 21884. M126

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO E CAIXEIROS DO DISTRITO DO FUNCHAL

1.º TORNEIO DE VOLEIBOL AMBOS OS SEXOS

Neste Organismo encontram-se abertas inscrições para ambos os sexos, até o dia 11 de Fevereiro próximo, com vista a todos os nossos associados que pretendam tomar parte no 1.º Torneio de Voleibol, a promover pela Delegação do INATEL.

Este torneio terá início no dia 17 daquele referido mês, no Pavilhão Gimnodesportivo.

Funchal, 21 de Janeiro de 1976.

M150 A DIRECÇÃO

LEILÃO

Domingo próximo, dia 25 do corrente, pelas 11 horas da manhã, na sede da AGENCIA CHAGAS, à Rua dos Ferreiros n.º 113, terá lugar a liquidação total de grande variedade de mobiliários, assim como de muitos outros objectos, de cuja discriminação será feita nos jornais do próximo sábado. A443

Agência Chagas **Telef: 21200**

BOLETIM DIÁRIO

Quinta-Feira
22 de Janeiro de 1976

Centro Regional da Madeira

14.10—Início da Telescola com Português (1.º ano)
14.35—Matemática (2.º ano)
15.00—Iniciação à língua francesa (1.º ano)
15.25—Ciências da Natureza (2.º ano)
15.50—Educação visual (1.º ano)
16.15—História (2.º ano)
17.10—Matemática (1.º ano)
17.35—Português (2.º ano)
18.00—Trabalhos manuais (1.º ano)
18.25—Iniciação à língua francesa (2.º ano)
18.45—Fim
19.00—Reabertura e desenhos animados
19.15—Infantil-Juvenil
19.27—Falar de educação
20.00—O golfinho branco
20.30—Telejornal
21.00—ELEANORA (1.º episódio)
22.00—Concerto
22.55—Fecho

cinema

CINE PARQUE
18.00—Noites árabes
21.00—A casa dos diamantes

TEATRO MUNICIPAL
14.00—Morte em Amsterdam e Noites árabes
17.30—Noites árabes e O furto é a alma do negócio
21.15—A mais antiga das profissões

CINE JARDIM
18.00—O regresso de Sabata
20.45—Marcada pelo destino e Boxeur chinês

JOÃO JARDIM
13.45—O homem que veio do passado e Boxeur chinês
17.30—Marcada pelo destino e O regresso de Sabata
21.15—Kermesse erótica

CINE SANTA MARIA
15.00
18.00
e
21.15—O Justiceiro da noite.

rádio

Estação Rádio da Madeira
07.00—Abertura. Programa da manhã (Bom dia Madeira) com agenda às 8 horas
08.30—Rádio Turista
10.00—Agenda
10.30—Fim de 1.º período de emissão
12.00—Reabertura
Programa da tarde
12.30—Noticiário regional. Intercâmbio: Serviço Internacional da Rádio Suécia
14.00—Diga o que quer ouvir
17.30—Pequeno concerto
19.00—Programa da noite. Noticiário
22.00—Clube 13
22.35—Nocturno
23.00—Ultima hora. Noticiário
23.30—Encerramento da estação

Praças de taxis

Concelho do Funchal

R. António José Almeida	20324
Avenida Arriaga (frente à Caixa Geral Depósitos	22500
Avenida Arriaga (frente ao Hotel Vega	26911
Largo da Feira (Mercado)	26400
Baião (Avenida do Mar)	24588
Largo da Cruz Vermelha	27444
Largo do Município	22000
Calçada do Pico	22800
Campo da Barca	27900
Rua do Til	25999
Vila Guida	25333
Rua do Favila	28300
Cruz de Carvalho (frente Hospital Distrital)	33700
Estrada dos Marmeleiros (Hospital)	23500
Largo da Fonte (Monte)	21333
Santo António	20100
São Martinho	29600
São Gonçalo	27666

Concelho de Santa Cruz

Vargem (Caniço)	93156
Camacha	92185
Santa Cruz (Vila)	52300
Santo António da Serra	55100

Concelho Câmara de Lobos

Sítio do Rancho	94486
L. 28 de Maio (Vila)	94144
Ribeiro Real	94407

Concelho de Machico

Largo da Vila	54189
Matur	54390

TVE — Canárias

PROGRAMA PARA HOJE
13.15—Carta de ajuste: «Canta James Brown»
13.31—Aqui, e agora
14.00—Telediário. 1.ª edição
14.30—Revistero
15.00—Novela: «Casa menor»
15.30—Concerto de sobremesa
16.00—Fecho
17.15—Carta de ajuste: «La Chiquillada: Grupo Infantil»
17.31—Avance informativo
17.30—Um globo, dois globos, três globos — «programa infantil»
19.00—O campo
19.30—Ballet: Passo a dois, de Tchaikovsky
20.00—Telecanárias. 2.ª edição
20.30—Planeta vivo
21.30—«La Gata Negra». (Maiores de 18 anos)
23.20—Telecanárias
23.30—Ultimas notícias
23.40—Encerramento

farmácias

HOJE
NACIONAL — Rua dos Ferreiros — Telefone 23510.
ALMEIDA — Rua João Tavira — Telefone 23366 (das 19 às 21 horas).
AMANHÃ
LUSO BRITANICA — Rua dos Netos. Telef. 22529.
HONORATO — Rua da Carreira. Telef. 22297. (Das 19 às 21 horas)

porto

NAVIOS ESPERADOS
JANEIRO
23—Itaca ... Lisboa - Tenerife
23—Madeirense ... — Lisboa
24—Riesheim ... Las Palmas-Londres
24—Monte Toledo ... Vigo-Canárias
26—Funchalense ... Lisboa —
26—Black Watch ... Londres-Canárias
29—Gruziya ... Lisboa-Tenerife
29—Stefan Batory ... Las Palmas-Lisboa
29—Labrador ... Bala-Copenhague
30—Funchalense ... — Lisboa
30—Labrador ... — Copenhague
31—Monte Granada ... Vigo-Canárias
31—Black Watch Las Palmas-Londres

aeroporto

Horário dos TAP
JANEIRO / 1976

DOMINGOS
Para Lisboa/Zurich ... TP539—07.15
Para Lisboa/Londres ... TP492—10.30
Para Porto Santo ... TP582—19.15
Para Lisboa ... TP168—20.25
Para Lisboa ... TP156—21.25
De Lisboa ... TP161—09.45
De Frankfurt/Lisboa ... TP593—18.35
De Londres ... TP495—19.40
De Porto Santo ... TP156—20.45
De Zurich/Lisboa ... TP535—21.10

SEGUNDAS
Para Lisboa ... TP160—07.10
Para Lisboa ... TP166—19.15
De Lisboa ... TP169—21.10
De Lisboa ... TP163—18.35

TERÇAS
Para Lisboa ... TP160—07.10
Para Lisboa ... TP164—11.45
Para Las Palmas ... TP715—19.15
De Lisboa ... TP163—11.05
De Lisboa ... TP715—18.35
De Lisboa ... TP169—21.10

QUARTAS
Para Lisboa ... TP160—07.10
Para Lisboa ... TP710—10.05
Para Porto Santo ... TP155—19.15
Para Ponta Delgada ... TP185—21.00
Para Lisboa ... TP156—21.25
D. Las Palmas ... TP710—09.20
De Lisboa ... TP185—18.35
De Lisboa ... TP185—20.15
De Porto Santo ... TP156—20.45
De Lisboa ... TP169—21.10

QUINTAS
Para Lisboa ... TP160—07.10
Para Lisboa ... TP182—11.45
Para Lisboa ... TP166—19.15
De Ponta Delgada ... TP182—11.00
De Lisboa ... TP169—21.10
De Lisboa ... TP165—18.35

SEXTAS
Para Lisboa ... TP160—07.10
Para Lisboa/Londres ... TP492—10.30
Para Las Palmas ... TP715—19.15
Para Lisboa ... TP168—20.25
De Lisboa ... TP161—09.45
De Lisboa ... TP715—18.35
De Londres ... TP495—19.00
De Lisboa ... TP169—21.10

SÁBADOS
Para Lisboa ... TP160—07.10
Para Lisboa ... TP710—10.05
Para Lisboa ... TP164—11.45
Para Lisboa ... TP166—19.15
De Lisboa ... TP163—11.05
De Lisboa ... TP165—18.35
De Lisboa ... TP169—21.10
De Las Palmas ... TP710—09.20

CÂMBIOS

COTAÇÕES DO DIA FORNECIDAS PELO
BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
RUA 31 DE JANEIRO, 58 - FUNCHAL

NOTAS		COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL	— Rand	24$85	29$85
ALEMANHA OC.	— D. Marco	10$40	11$20
AUSTRIA	— Xelim	1$45	1$55
BELGICA	— Franco	$67,9	72$,9
CANADA	— Dólares de 1 a 2	26$45	28$45
»	— » Notas Grandes	26$95	28$95
DINAMARCA	— Coroa	4$40	4$75
ESPANHA	— Peseta	$44,6	$54,6
AMERICA	— Dólares de 1 a 2	26$65	28$65
»	— » » 5 a 1000	27$15	29$15
FINLANDIA	— Markka	7$05	7$55
FRANÇA	— Franco	6$05	6$55
HOLANDA	— Florim	10$10	10$80
INGLATERRA	— Libra	55$00	59$00
ITALIA	— Lira	$03,6	$04,6
JAPÃO	— Yene	$09,1	$11,1
NORUEGA	— Coroa	4$85	5$25
SUECIA	— Coroa	6$20	6$70
SUIÇA	— Franco	10$40	11$20

OBS. — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 1.5 por mil

CHEQUES

U. S. Dollar	27$347	27$575
Franco Belga	$69258	$69832
Franco Suiço	10$4781	10$5479
Franco Francês	6$0732	6$1236
Lira	—$—	—$—
Florim	10$1882	10$2782
Deutsche Mark	10$4685	10$5493
Coroa Sueca	6$2187	6$2697
Coroa Norueguesa	4$90$75	4$9501
Coroa Dinamarquesa	4$4169	4$4537
Xelim Austriaco	1$4813	1$4925
Marca Filandesa	7$0954	7$1544
Libra	55$232	55$792
Franco Francês Financeiro	$—	—$—
Dollar Canadiano	27$15	27$37
Rand	31$327	31$649
Iéne	$089610	$090168
Peseta	$46263	$46673

notícias pessoais

ANIVERSÁRIOS
Fazem hoje anos as seras.: D. Maria José de Bettencourt, D. Beatriz Gomes de Faria de França Jardim, D. Isaura Vicentina Borges, D. Maria Beatriz Martins, Madame Susana de Lozio, D. Maria Lurdes Clairouin Valente, D. Armanda Fernanda Silva, D. Arminda Maria Eliza Batista Galvão, D. Maria Bertilde Iria Rodrigues da Silva, D. Maria Cecília Maltez Espírito Santo, D. Irene Inês Figueira, D. Maria José Vicência Viejra Brazão, D. Elizabete Bernarda Gomes Soares, D. Lídia Sousa Rodrigues, D. Maria José Moniz Rodrigues.
A menina: Ana Maria Teixeira de Abreu.
E os srs.: Danilo de Barros Gonçalves Eiras, Orlando Vicente Fernandes, João de Sousa Junior e Sancho António Abreu Alvares.

observação meteorológica

	Máx.	Mín.	Prec.
FUNCHAL	18.0	12.8	0
AREEIRO	7.5	1.4	0
PORTO SANTO	16.8	12.8	0

Em igual dia do ano passado no Funchal: 16.4 (máxima) e 13.3 (mínima)

Evolução do tempo no Funchal:
Céu geralmente pouco nublado, com 7 horas de sol descoberto, vento fraco a moderado, predominante de Leste. Descida de temperatura.

Evolução do tempo no Areeiro:
Céu coberto a limpo, vento fraco de Nordeste e calma. Descida de temperatura.

Pressão atmosférica ao N.M.M
às 21 horas: 1025.7 mb.

PREVISÃO
Período de céu muito nublado, vento de 10 a 15 nós de Nordeste, visibilidade boa, mar de pequena vaga, ondulação de 2 metros de Nordeste.

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

OUVIMOS na rua

ABRIR AOS MADEIRENSES AS PORTAS DA UNIVERSIDADE

Fazemos hoje regressar às colunas do nosso diário a rubrica «Ouvimos na rua». Queremos, assim, demonstrar o nosso propósito de manter diálogo vivo e frequente com aqueles que nos lêem, através do registo das respectivas opiniões acerca de assuntos de evidente actualidade, quer regional quer nacional ou internacional.

Sem periodicidade regular, mas sempre que as oportunidades o justifiquem, «Ouvimos na rua» estará presente em «DN», numa tentativa de proporcionar uma amostragem do pensamento do povo sobre os diversos temas do quotidiano.

O assunto que se propôs para debate assinalador do regresso do «Ouvimos na rua» é o que se refere à criação da «Universidade Aberta» para o ensino à distância e ainda a possibilidade de se tornar extensivo à Madeira o ensino universitário.

A seguir, publicamos as diversas opiniões registadas:

MARIA LUÍSA SILVA, locutora da televisão:

— Julgo que a criação de uma Universidade Aberta trará muitas vantagens para a população. O processo televisivo, evocado como uma das formas de concretização dessa Universidade Aberta, poderá ser, de facto, um incentivo às pessoas que pretendam integrar-se no Ensino Superior, que não tiveram possibilidades para tal, e mesmo para outras que, possuidoras de um curso, pretendam um completamento formativo através da frequência de outro.

Quanto ao Instituto, julgo que é viável. Direi mesmo que é imprescindível que se dê aos madeirenses um estabelecimento de Ensino Superior. Mas que não se corra o risco das improvisações, como terá sido, por exemplo, o caso da Escola Médica do Funchal, que há anos aqui funcionou, e cujos licenciados apenas poderiam exercer nas ilhas. Há que fomentar um ensino de qualidade.

FERNANDO GREGÓRIO BRAZÃO, empregado bancário:

— Penso que é uma excelente ideia. Independentemente dos moldes em que venha a ser montada, considero a criação da Universidade Aberta dum meio de ensino à distância, que venha a preencher uma lacuna no sistema educacional e de formação profissional de grande alcance social, e que, consequentemente, dá a possibilidade de proporcionar ao País a criação de quadros que presentemente fazem falta em muitos sectores da economia e, em suma, do progresso geral. Paralelamente, é uma chance para muita gente poder realizar-se segundo as suas aptidões e ambições que por diversas razões, tais como a económica, não puderam ver satisfeitas. É evidente que para a criação dum órgão de ensino com estas características exige do Estado um grande esforço económico como da resolução de inumeráveis problemas. Contudo, sou de opinião que esta ideia deva ser imediatamente posta em prática, pois o País necessita, para o seu desenvolvimento. Devidamente bem montada e planeada, é um grande investimento a longo prazo.

Sou de opinião que na Madeira deviam existir diversas Faculdades a nível superior que possam satisfazer as necessidades, tanto a nível social como económico, de modo a preparar pessoal habilitado que venha a satisfazer as múltiplas carências de técnicos que existem. Precisando, penso que antes de se pensar na criação duma Universidade na Madeira, deve haver um estudo profundo e sério a fim de ser elaborado um plano de desenvolvimento futuro sócio-económico para esta terra, de maneira que se apresente quais são os sectores de actividade com maiores viabilidades de rentabilidade económica e com vista a uma maior promoção social global. Por exemplo: para 1980, haverá um grande progresso num determinado sector industrial, portanto temos, desde já, incrementar a juventude para esse rumo, proporcionando cursos técnicos que ao mesmo tempo satisfaçam as carências e, bem assim, contribuir para a solução dos problemas do emprego.

MARIA MERCÊS DA SILVA VIEIRA, professora primária na freguesia do Faial:

— A Universidade Aberta é uma iniciativa muito boa e deveria concretizar-se no mais breve espaço de tempo possível.

Quanto à extensão do ensino universitário à Madeira, acho que seria muito bom. Já há muito ansiamos para que medidas nesse sentido sejam tomadas.

MANUEL RAIMUNDO FERNANDES NICOLAU, profissional gráfico:

— Considero que a Universidade Aberta para o ensino à distância virá beneficiar as classes mais desfavorecidas, na medida em que lhes permitirá um acesso mais fácil a um curso universitário que, doutra maneira, muito dificilmente poderiam conseguir. E sabe-se muito bem quem tinha possibilidades de fazer as despesas inerentes ao Ensino Superior no Continente. Melhor seria, no entanto, que fosse criado na Madeira, à semelhança do que acontece nos Açores, um Instituto Universitário que possibilitasse à nossa juventude um ensino superior menos oneroso, isto é, um ensino verdadeiramente democrático, ao qual todos, indiscriminadamente, tivessem acesso.

ANA FERNANDES CAMACHO, estudante de Santana:

— Melhor que uma Universidade Aberta, seria a extensão do ensino universitário à Madeira, a fim de que os estudantes madeirenses possam ter possibilidades de tirar um curso superior, mesmo os de menores recursos financeiros.

No entanto, a Universidade Aberta é uma realização válida, na medida em que visa possibilitar um ensino superior de indiscutível democraticidade.

AMÍLCAR CABRAL RECORDADO

NO 3.º ANIVERSÁRIO DO SEU ASSASSINATO

• VASCO CABRAL, MINISTRO DA GUINÉ-BISSAU, ESTEVE PRESENTE NA SESSÃO QUE SE REALIZOU EM LISBOA

LISBOA, 21 — «Vivemos hoje uma situação nova.

Os nossos povos libertaram-se, conquistaram a sua independência, mas a luta continua e continuará até que não haja um só explorador, um só dominador estrangeiro a pisar o solo sagrado das nossas pátrias. E por isso que nós vamos cerrar fileiras e vamos manter toda a firmeza, desenvolvendo a solidariedade combativa em torno do MPLA e da República Popular de Angola», declarou Vasco Cabral, comissão de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação da República da Guiné-Bissau durante um convívio ontem realizado na reitoria da Cidade Universitária em memória de Amilcar Cabral, fundador do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde, assassinado pelas forças colonialistas fascistas portuguesas em Janeiro de 1973.

Durante o convívio em que estavam presentes além de Vasco Cabral, o embaixador da República da Guiné-Bissau e embaixador da URSS, além doutras individualidades, usaram da palavra Rogério Paulo, presidente da Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau, Cilas Cerqueira, do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, e um membro da CIDAC (Centro de Documento e Informação Anti-Colonial).

Cilas Cerqueira, no uso da palavra recordou a abnegação de Amilcar Cabral na sua luta pela paz e cooperação entre os povos — afirmando a dado passo que Portugal tem uma dívida a pagar que é o castigo exemplar dos responsáveis e instigadores da morte daquele dirigente africano. Aquele membro do Conselho Português para a Paz recordou ainda a definição exacta de inimigo feita por Amilcar Cabral para a qual a luta do seu povo era comum com a do povo português contra o colonialismo e o fascismo.

Por sua vez Rogério Paulo afirmou a firme determinação «de continuarmos a obra de todos os que morreram pela libertação dos oprimidos».

Vasco Cabral depois de recordar a acção e o pensamento de Amilcar Cabral afirmou por sua vez que «neste momento o nosso partido, PAIGC, reafirma a sua inabalável decisão de dar todo e incondicional apoio ao MPLA e à República Popular de Angola sob todas as formas possíveis e apela para todas as outras forças progressistas de Portugal e do mundo que manifestem da forma que lhes for possível esta solidariedade combativa e condenem como nós, como a FRELIMO e como o MLSTP, a bárbara e inqualificável agressão estrangeira perpetrada pelas forças racistas da Africa do Sul com a colaboração de fantoches e traidores africanos associados ao imperialismo».

«Se Amilcar Cabral fosse vivo, referiu, ele seria o maior defensor, mais firme e mais convencido da justa causa do povo angolano nesta hora difícil e lutaria com alma e coração, com toda a coragem pelo justo reconhecimento da República Popular de Angola sob a direcção do MPLA e de Agostinho, Neto como sendo tal facto o que melhor corresponde aos verdadeiros e profundos interesses do povo angolano e de Africa».

«A melhor homenagem que hoje podemos prestar a Amilcar Cabral, concluiu, é a de continuar a luta com firmeza dentro do princípio da unidade, estudando com objectividade e espírito científico a realidade com clareza dos nossos objectivos e com a maior fidelidade aos princípios que adaptamos na luta anti-colonial e anti-imperialista.

Unidos venceremos».

A segunda parte desta sessão de homenagem ao fundador do PAIGC foi dedicada a canções populares e revolucionárias portuguesas e da Guiné-Bissau. — (ANOP)

HAVERÁ REFERENDO EM ESPANHA SOBRE REORGANIZAÇÃO DO PARLAMENTO

MADRID, 21 — O primeiro-ministro espanhol Carlos Arias Navarro efectuará no verão deste ano um referendo nacional para reorganização do parlamento espanhol, a fim de tornar mais representativo — afirmou hoje um destacado funcionário governamental espanhol.

Segundo a mesma fonte, proposta do Chefe do Governo espanhol será feita no próximo dia 28, aquando da apresentação do programa do novo governo do parlamento.

Espera-se que o programa seja aprovado pelas cortes, embora após longo debate.

O governo poderá também pedir a reforma da constituição ao conceder ao parlamento maior poder sobre o executivo — acrescentou o funcionário referido.

A efectuar-se o referendo, este constituirá primeira consulta directa povo espanhol nos últimos nove anos. — (ANOP)

PEQUIM DESENCADEIA ATAQUE À POLÍTICA EXTERNA DA U. R. S. S.

Coincidindo com a chegada de Henry Kissinger a Moscovo, para negociações, a República Popular da China desencadeou um violento ataque à política externa e interna da União Soviética. Pequim teme aparentemente que Kissinger consiga fazer avançar a política de desanuviamento entre Washington e Moscovo, o que constitui a intensificação da luta sino-soviética pela hegemonia do Terceiro Mundo.

A MARCA ALEMÃ Nº1
SABA
tv·radio·hifi
Distribuidores excl. CORAMA
Combustíveis da Madeira, Lda.
à venda nos stands GAZCIDLA
Rua Dr Fernão Ornelas 58-A
Praça do Infante 48 – FUNCHAL
U311

Segundo o semanário «Le Point»:

Mais agentes soviéticos em Paris do que americanos

PARIS (ANOP) — Os agentes secretos da União Soviética em Paris ultrapassam em número os seus colegas americanos na proporção de dez para um — anunciou o semanário «Le Point».

«Numa cidade como Paris, que se tornou num dos centros da espionagem internacional, sob o olhar atento do Ministério do Interior (francês), a proporção entre agentes norte-americanos e soviéticos é, segundo fontes fidedignas, de um para dez — concretamente 100 norte-americanos para 1000 soviéticos — afirma «Le Point».

A revista esclarece que uma das regras dos serviços secretos é que são necessárias dez pessoas para vigiar uma, como deve ser.

Referindo-se aos agentes da C. I. A. identificados pelo «Liberation», o semanário «Le Point» diz que se trata de «peixe miudo», tal como aliás todos os outros apontados um pouco por todo o mundo.

A sua identificação, frisa o semanário, não abala realmente a C.I.A. Limita-se a perturbar a sua rotina administrativa e oferece alvos a grupos marginais com sede de sangue.

EXPULSAO «SILENCIOSA»

Entre quarenta e cinquenta funcionários soviéticos envolvidos em operações de espionagem ou afins foram silenciosamente expulsos de França ou viram a sua partida apressada mediante intervenção diplomática nos últimos 5 anos — anunciou um informador francês qualificado.

O «processo de limpeza» — segundo a mesma fonte — nunca foi publicamente revelado.

Simultaneamente a esta revelação, o semanário «Le Norvel Observateur» identifica dois diplomatas soviéticos como patrões dos serviços secretos da U.R.S.S na Embaixada deste país em Paris.

Segundo o informador, a maioria dos 40 ou 50 funcionários soviéticos partiu da França depois do Governo britânico ter pedido oficialmente em Setembro de 1971 a expulsão do país de 90 diplomatas soviéticos e outros funcionários, acusados de envolvimento em espionagem.

A U.R.S.S. reagiu expulsando 4 diplomatas e um homem de negócios britânicos e anunciando que 13 outros não poderiam entrar no país.

«Aqui, a operação desenvolveu-se sem ruído. Nada de gritaria, de títulos na Imprensa. Não houve reacção soviética, nem mesmo sob o pessoal francês em Moscovo. As relações entre os dois países mantiveram-se boas», acrescentou a mesma fonte.

O «Le Nouvel Observateur» anuncia na sua edição de ontem, por outro lado, que dois importantes chefes da espionagem soviética se encontram na capital francesa: Iva Petrocitch Kislak, conselheiro e terceiro na hierarquia da Embaixada, e Nikolai Evdokimov, também conselheiro e sexto no escalão.

O D. S. T. PROTEGEU SPINOLA — AFIRMA «LE NOUVEL OBSERVATEUR»

O semanário assegura, também, que se registou uma melhoria de relações entre a C.I.A. e o serviço francês de contra-espionagem — OSDECE.

«Le Nouvel Observateur» afirma, mesmo, que agentes franceses e norte-americanos cooperaram no fornecimento de armas e instrutores a grupos angolanos combatendo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

A concluir, a revista acrescenta que agentes do grupo de Segurança Interna de França (D. S. T.), protegeram o antigo presidente português António de Spínola, quando este visitou Eugen Burgstaller, identificado pelo semanário e pelo periódico «Liberation» como chefe da CIA em Paris.

FORD ACREDITA NAS OPERAÇÕES SECRETAS

NOVA IORQUE — O presidente Gerald Ford afirmou à revista «Times»: «Acredito firmemente em operações secretas e não tenho qualquer hesitação em o afirmar.»

A entrevista, publicada no último número da «Time», aparece na altura em que Ford decidiu proteger os serviços secretos devido a vaga de investigadores do congresso sobre actividades encobertas.

«Não sei como é que um presidente poderia conduzir a sua política externa sem um certo grau de operações secretas» — sublinhou Ford.

nacional

DEPOIS DA DETENÇÃO DE OTELO «NÃO SE PREVÊM MAIS PRISÕES»

LISBOA, 21 — «Não se prevêm mais prisões além da do major Otelo» disse ao «Diário de Notícias» o capitão Sousa e Castro porta-voz do Conselho da Revolução.

O antigo comandante do COPCON que se encontra detido no presídio militar de Santarém não está incomunicável segundo o mesmo jornal «aguardando em regime normal o resultado do processo que lhe foi instaurado».

Naquele estabelecimento prisional militar encontram-se detidos outros oficiais entre eles o major Serra que também pertencia aos quadros do COPCON. A sua prisão todavia verificou-se muito antes da divulgação do relatório preliminar sobre os acontecimentos do 25 de Novembro.

Entretanto o Partido Revolucionário do Proletariado em comunicado intitulado «Libertemos Otelo Saraiva de Carvalho» insurge-se contra a prisão daquele militar afirmando: «Enquanto Maltês, Tenreiro, Schultz e cerca de trezentos pides são postos em liberdade os heróis do 25 de Abril que libertaram o País do fascismo vão enchendo as cadeias». — (ANOP)

MELO ANTUNES A IMPORTÂNCIA PORTUGUESA NA HISTÓRIA MUNDIAL

LISBOA — «As nossas relações com Moçambique tem passado por um período difícil também devido, segundo suponho, a certos problemas internos da vida política moçambicana» afirmou o ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes antes da reunião de ontem do Conselho de Ministros.

Interrogado quanto a um eventual endurecimento de relações entre Portugal e a sua antiga colónia como resultado de vários problemas surgidos ultimamente nomeadamente na questão dos cidadãos portugueses ali detidos e carreiras aéreas Lisboa-Lourenço Marques disse Melo Antunes: «Há dados objectivos da evolução política interna dos países recém-chegados à independência que ultrapassam a vontade de Portugal. E para ser um pouco mais concreto e ir um pouco mais ao fundo das coisas diria o seguinte: após quinhentos anos de império há um pouco da ideia em largas camadas de população portuguesa, de que Angola, Moçambique e outras ex-colónias podem agir e ter comportamentos políticos que de certa maneira se subordinem aos interesses de Portugal. Ora a descolonização é não só apenas, independência real dos territórios mas também tem que representar um movimento de descolonização mental, movimento da consciência dos portugueses relativamente à perda do império. Esta perda é um facto tão importante como tiveram importância na História de Portugal os descobrimentos e a realização desse mesmo império. E se fomos tão importantes na História Mundial — como se sabe contribuímos para a criação dum novo mundo a partir do movimento da Renascença, com descobrimentos e abertura de novos espaços ao mundo conhecido da época — a contribuição que neste momento damos também à criação dum mundo novo mais justo, mais equilibrado e de certa maneira semelhante aquilo que fizemos quinhentos anos atrás simplesmente em sentido inverso. Isso é que é preciso que seja compreendido pelos portugueses.» — (ANOP)

MARTINS GUERREIRO DESMENTE BOATO

PORTO — «Trata-se dum autêntico boato» afirmou ao Jornal de Notícias do Porto o comandante Martins Guerreiro conselheiro da Revolução, a propósito de notícias que davam como provável demissão daquele oficial da Marinha do órgão máximo da Revolução Portuguesa. Martins Guerreiro precisou que «o boato tenderá a ser aproveitado pelas forças de direita e extrema-direita». — (ANOP)

internacional

CRIANÇAS ASSASSINADAS NA GRÃ-BRETANHA

LONDRES, (F. P.) — O assassínio de dois irmãos de 12 e 13 anos de idade e de uma menina de 10 em condições particularmente hediondas provocou grande emoção na Grã-Bretanha. Em Glasgow, na Escócia, dois irmãos foram mortos selvaticamente na ausência dos pais por alguém que se introduziu no domicílio e os amordaçou e amarrou, espancando-os até à morte. Em Northampton, Susan Giles, de 10 anos foi encontrada assassinada e parcialmente carbonizada num montão de lixo, a uns cinquenta metros de sua casa. A criança tinha sido violada e espancada e o assassínio tentara fazer desaparecer o corpo queimando-o. A Polícia desta cidade acaba de lançar um apelo a todos os pais pedindo-lhes que não deixem sair os filhos ao cair da noite enquanto o criminoso não tiver sido encontrado.

A CORRIDA AO ARMAMENTO ATÓMICO

WASHINGTON (F. P.) — Um antigo director da Comissão de Energia Atómica (C. E. A.) dos Estados Unidos, David Milienthal, declarou, ontem, perante uma subcomissão senatorial, que os E. U. A. deveriam acabar imediatamente com as exportações de todas as espécies de material e aparelhos nucleares. «Os Estados Unidos, as suas agências governamentais e os seus industriais foram e continuam a ser os mais importantes agentes de proliferação da tecnologia nuclear no mundo», declarou Milienthal, que dirigiu a C. E. A. no momento da sua criação em 1974. «A proliferação das capacidades de produção de armas nucleares atinge proporções aterradoras», acrescentou o antigo director da C. E. A., salientando que, apesar dos esforços feitos pelo seu país para controlar a distribuição de armas nucleares, assim como o material atómico que pode ser desviado para fins belicosos. «O facto trágico é que a corrida às armas atómicas atingiu igualmente um ritmo mais intenso do que nunca». Um antigo Prémio Nobel (1967), o prof. Hans Bethe, que também compareceu, ontem, perante a referida subcomissão, pronunciou-se, pela sua parte, a favor de uma proibição total da venda de reactores de geração rápida a qualquer país desprovido de tecnologia nuclear. Essa proibição deveria aplicar-se, igualmente, ao material que serve para a separação dos isótopos de urânio e de plutónio. O prof. Bethe, todavia, não se oporia à exportação de reactores de modelos convencionais, devido às necessidades económicas e energéticas de numerosos países e da impossibilidade de controlar «a dispersão de energia nuclear», que resulta da concorrência comercial de outros países, «designadamente da Europa e do Japão», os quais — indicou Bethe — «desejam vencer as suas centrais nucleares para obter divisas estrangeiras».

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

DESPORTOS

FUTEBOL NO FIM DE SEMANA NO FUNCHAL

«NACIONAL» DA II DIVISÃO, TORNEIO DE QUALIFICAÇÃO E DISTRITAL DE JUVENIS

A A. F. F. marcou os seguintes jogos para o próximo fim de semana:

Sábado — 24 de Janeiro
Estádio dos Barreiros

Torneio de Qualificação à Taça de Portugal
2.ª Jornada

14h15 — Académico - Juventude
16h00—União - Santacruzense

Sábado — 24 de Janeiro
Campo Tristão Vaz — Machico

Torneio de Qualificação à Taça de Portugal
2.ª Jornada
16h30—A. D. Machico - Spt. Mad.

Domingo — 25 de Janeiro
Campo do Liceu do Funchal
Campeonato Distrital de Juvenis
Série A

09h00—Spt. Madeira - 1.º de Maio
10h30—Juventude - Santacruzense
12h00—União - Alma Lusa

Estádio dos Barreiros

Campeonato Nacional da II Div.
18.ª Jornada

16.00—Marítimo - U. Santarém

MÉDICO DE SERVIÇO — Para os jogos a realizar no Estádio dos Barreiros, no dia 24 do corrente, fica a cargo do dr. Samuel Abreu Quintal.

CASTIGOS APLICADOS PELA A. F. F.

A A. F. F. aplicou os seguintes castigos:

Multado o Juventude Atlântico Clube, em 150$00, por não ter apresentado ao árbitro licenças de jogadores;

Castigados o atleta José Miguel Mendonça Jarimba, da Associação Desportiva de Machico, com três jogos de suspensão, e o atleta Humberto Oliveira da Câmara, do Clube Futebol União, com uma advertência, por faltas leves (cartão amarelo).

Transferências autorizadas pela F. P. F.

A F. P. F. autorizou as seguintes transferências: Fernando da Silva Gonçalves, do Spt. C. Madeira para o C. S. Marítimo; Juvenal José Xavier Barros Freitas da A. D. Machico para o C. F. União José Belarmino Freitas Rodrigues do C. S. Marítimo para a A. D. Machico.

C. F. Carvalheiro

Convoca todos os seus atletas, Seniores e Juniores, para uma reunião a efectuar hoje na sede do clube, ao Ribeiro Chega—Livramento, pelas 20,30 horas com vista à nova época. A445

O C. D. Nacional presente nos corta-matos nacionais de 1.ª categoria

Na sua última reunião da Direcção do C. D. N. foi deliberado enviar ao Continente uma equipa de seis atletas aos próximos corta-matos nacionais, inicialmente marcados para o próximo dia 15 de Fevereiro, a realizar nos terenos anexos ao Estádio Nacional. Após termos tomado conhecimento desta louvável iniciativa da Direcção do Nacional, entramos de imediato em contacto com o técnico da secção de atletismo, a fim de sabermos algo de mais concreto sobre este assunto, ao que este nos disse, que o principal objectivo desta deslocação é o de proporcionar mais um contacto e um estímulo dado aos atletas e também para que estes tenham um maior conhecimento da modalidade, conhecimento esse que lhes será ministrado por um técnico nacional. E continuando, disse-nos o técnico alvi-negro: A nossa equipa não irá ao Continente buscar os primeiros lugares, mas contamos com os nossos atletas e estou certo de que vamos trazer uma boa classificação. Nesta deslocação a equipa ficará instalada no INEF até alguns dias após os referidos corta-matos, e então permanecerá sob a orientação do técnico nacional prof. Moniz Pereira.

É de louvar esta tão válida decisão do C. D. N. que com a sua presença no atletismo nacional vem ainda mais engrandecer o atletismo madeirense.

Ilídio de Sousa

Paralização do comércio retalhista de Lisboa

(Continuação da 1.ª página)

ANOP, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio afirmou que se registou a adesão quase total na baixa de Lisboa e em Alcântara. O cais do Sodré, Campo de Ourique, Conde Redondo e avenidas Novas. Os únicos dados conhecidos sobre resultados da paralização fora de Lisboa são os na linha do Estoril onde—segundo o Sindicato — «adesão foi bastante grande».

O informador do Sindicato salientou que em Alcântara e avenidas Novas grande número de pequenos comerciantes aderiram à paralização de duas horas encerrando os seus estabelecimentos

Correr para ter saúde

sem distinção de idade e sexo
pista dos Barreiros
Domingo às 9,30 h.
(os técnicos da DGD marcam encontro consigo)

ALUGA-SE
NO CENTRO COMERCIAL DE SÃO PEDRO

15 lojas próprias para qualquer ramo de negócio, escritórios ou consultórios etc. Há também uma residência no 2.º andar, com a respectiva loja no rés-do-chão. Tratar com o próprio pelos telefones 31258 ou 23726. M142

DECISÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

(Continuação da 1.ª página)

preços máximos:

A) Tabela de Preços Máximos de Venda de Carne Verde e Congelada de Bovino Adulto ao Público.

Continente-corte do Sul: lombo, 140$00; vazia, 120$00; 1.ª categoria: acem redondo, pojadouro, coberta de pojadouro, rabadilha, acem comprido, alcatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá, 100$00 (sem osso) e 75$ (com osso); 2.ª categoria: resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões e coberta do acem, 64$00 (sem osso) e 48$00 (com osso); 1.ª categoria: aba delgada, aba das costelas, prego do peito e rabo, 48$00 (sem osso) e 36$00 (com osso); lingua limpa, 80$00; rim limpo, 80$00; rijada e gordura, 4$00.

PREÇOS MÁXIMOS DE PEIXE E MOLUSCOS CONGELADOS

5. Foi também aprovado um diploma do Ministério do Comércio Interno que fixa os preços máximos de venda ao público de peixe e moluscos congelados, descrevendo-os substancialmente no seu conjunto.

Trata-se de um diploma que é o resultado de concretização de um contrato de programa de abastecimento de peixe congelado ao país, em que intervieram toda a a indústria pesqueira nacional, os trabalhadores do mar e o Estado, e que assegura assinaláveis benefícios para o público consumidor e uma produção mensal regular de peixe congelado com salários garantidos e preços fixados.

Por outra via, e além de estabelecer minuciosas regras para embalagem do peixe congelado, no caso de ser preparado comercialmente, o diploma assegura aos retalhistas, para espécies congeladas, margens de comercialização

É a primeira vez que se intenta uma acção de controlo de preços ao consumidor em tão vasta gama de espécies de peixe congelado.

As tabelas e margens aprovadas estão à priori condicionadas pela tabela ao armador, aprovada em 16 de Novembro de 1975, entre a comissão reguladora do comércio de bacalhau e os armadores com intervenção e acordo dos trabalhadores do mar.

As tabelas agora aprovadas têm um âmbito nacional, destinando-se a uniformizar os preços de peixe congelado a todo o país, independentemente do ônus do transporte ao interior.

Tenta-se um primeiro passo para o aumento do consumo de espécies com alto valor alimentar e de captura habitual pela frota nacional, que não estão, neste momento, dentro dos hábitos de consumo dos portugueses.

A maior capacidade de oferta facultada pelo acordo de preços celebrado com os armadores, não só em quantidade como em variedades de peixe, criou condições propícias à expansão do consumo de peixe congelado que, reflectindo-se em mais acelerada rotação de «stocks», permitiu fixar mais moderadas margens unitárias de comercialização.

A expansão do consumo de peixe congelado, a preços estáveis, permite atenuar a procura de peixe fresco, contribuindo assim para a redução dos preços especulativos que se tem registado, sem qualquer benefício para o produtor.

O tabelamento do peixe congelado será acompanhado, a médio prazo, pela melhoria dos seus circuitos de distribuição, o que implicará a existência de peixe à disposição do público, em quantidade e qualidade, a preço bastante inferior às médias actualmente praticadas.

A esta medida se seguirão outras, relativas a mais espécies de peixe congelado, nomeadamente as provenientes do Atlântico Norte, geralmente acompanhando o bacalhau, cuja cantura e consumo interno se pretende incrementar.

São as seguintes as tabelas aprovadas:

A) Preços máximos de venda ao público de peixe e moluscos não preparados comercialmente.

Peixe inteiro, preço máximo por quilograma:

Abrotea, 26$00, com mais de 60 cm., 32$50, entre 40 e 60 cm., 26$00 e com menos de 40 cm., 21$00; albacora, 18$00; alabotes (palmas), 32$50; alcatras (unhas), 14$00; andorinhas (godinhos), 14$00; anchovas, 14$00; anjos, 22$00; azevias, 49$50; bailas, 21$00; barrosos, 16$00; besugo, 26$00.

Peixe inteiro, preço máximo por quilograma:

Bicas, 24$00, com mais de 20 cm, 26$00, e com menos de 20 cm, 21$00; bicudas, 22$00, com mais de 80 cm, 26$00 e com menos de 80 cm 18$00; cabras, 14$00 cachucho, 32$50, com mais de 25 cm 37$50 e com menos de 25 cm, 26$00; cachucho dentão, 26$00 com mais de 25 cm, 32$50 e com menos de 25 cm, 21$00; camelo prateado, 12$00; camelo verde, 16$00; cachucha (pistola), 16$00; cautarilho, 18$00; carapau branco, 18$00; cartas, 44$50; cavalas, 13$00; charel, 14$00; chaputa, 16$00; charroco, 16$00; chicharro, 13$00; chicarro (francês), 11$00; chocos, 37$50, com mais de 250 grs, 37$50, entre 100 e 250 grs, 32$50 e com menos de 100 grs 44$50; choupas, 21$00, com mais de 45 cm, 32$50, entre 35 e 45 cm, 21$00 e com menos de 35 cm, 16$00.

Congro (safio), 32$50, com mais de 3 kg, 37$50 e com menos de 3 kg, 26$00; cornudas, 16$00; corvina, 54$50; douradas, 32$50, com mis de 45 cm, 37$50, e com menos de 45 cm, 26$00; espadarte (agulha), 49$50; ferreira (riscados), 18$00, com mais de 35 cm, 21$00 e com menos de 35 cm 18$00; foguetes redondos, 16$00; garoupa, 55$50, com mais de 65 cm, 55$50, entre 50 a 65 cm, 65$50 e com menos de 50 cm, 44$50; calado, 16$00; goraz, 32$50, com mais de 35 cm, 49$50, entre 25 e 35 cm, 44$50 e com menos de 25 cm, 32$50; imperador, 21$00, com mais de 30 cm, 26$00 e com menos de 30 cm, 21$00; linguado, 71$50; linguas, 37$50; lulas, 44$50, com mais de 100 grs, 37$50 e com menos de 100 grs, 49$50; macacas, 12$00; marrecos, 11$00; morma, 16$00; menos, 44$50, com mais de 60 cm, 45$50, entre 50 e 60 cm, 55$50 e com menos de 50 cm, 26$00; pametas, 18$00; pampos, 26$00, com mais de 45 cm, 44$50, entre 30 e 45 cm, 32$50 e menos de 30 cm, 21$00; pargo, 44$50, com mais de 45 cm, 55$50, entre 30 e 45 cm, 44$50 e com menos de 30 cm, 32$50; pata rocha, 11$00; peixe espada, 19$00; peixe fino, 20$00; peixe galo (branco), 14$00; peixe galo (preto), 37$50; peixe voador, 16$0; marmota aberta, 55$50, com mais de 50 cm, 44$50, entre 40 e 50 cm, 26$00 e com menos de 40 cm, 19$00; pescada, 20$00, tipo 0 20$00, tipo 1, 21$00, tipo 2, 23$00, tipo 3 23$00, tipo 4, 40$00 e tipo 5, 43$00; marmota fechada, mais de 50 cm, 44$50, entre 40 e 50 cm, 37$50 e menos de 40 cm, 26$00; marmotinhas, 32$50; pimpão, 26$00; polvo, 32$50; pombo (mulato), 28$00, com mais de 30 a 45 cm, 37$50, entre 35 e 45 cm, 26$00, e com menos de 35 cm, 14$00; potas, 26$00; com mais de 250 grs, 21$00, entre 100 e 250 grs, 32$50, e com menos de 10 gr, 26$00; prato de alumínio, 14$00; rabetas, 37$50, com mais de 60 cm, 49$50, entre 40 e 60 cm, 37$50 e com menos de 40 cm, 26$; raia, 16$; rainhas, 37$50, com mais de 60 cm, 55$50, entre 40 e 60 cm, 44$50 e com menos de 40 cm, 26$; riscadinhas, 13$; roncadores/roncadeiras, 21$00, com mais de 60 cm, 37$50, entre 40 e 60 cm, 26$, e com menos de 40 cm, 16$; ronquinhas/passarinhas, 18$00; ruivo/cabaços, 16$00, com mais de 20 cm, 21$00 e com menos de 20 cm, 16$00; safias, 21$00, com mais de 40 cm, 26$00, e com menos de 40 cm, 21$00; salmão do mar, 26$00; salmonete, 55$50; sapos/cabeçudos, 16$00; sarda, 14$00; sargos, 21$00, com mais de 45 cm, 26$00, entre 35 e 45 cm, 21$00, e com menos de 35 cm, 16$00; serras, 14$00; solhas, 21$00; tainhas, 16$00; tamboril, 32$50; tubarão, 16$00; zebras, 14$; bacalhau com cabeça e sem vísceras, 26$00; cação sem cabeça e sem vísceras, 24$00; caras de bacalhau, 26$00; linguas de bacalhau, 49$50; peixe espada sem cabeça e sem vísceras, 24$00; peixe fino sem cabeça e sem vísceras, 26$00; ovas de bacalhau, 32$50; ovas de corvina, 32$50; ovas de pescada, 44$50; ovas de peixe espada, 26$00; raia (asas), 21$00.

B) Preços máximos de venda ao público de peixe e moluscos preparados comercialmente: sempre que embalados, os preços máximos de venda ao público das espécies de peixe e moluscos congelados constantes do anexo I, serão agravados, respectivamente, com os valores de 4$50 e 2$00 por quilo, conforme se trate de embalagens comerciais ou industriais.

PROFESSORES RETORNADOS

6. Um projecto de decreto-lei emanado do MEIC define a situação dos professores eventuais do ensino primário e dos professores de posto escolar dos quadros e eventuais dos serviços de educação das ex-colónias, promovendo uma adequada valorização profissional e uma correcta formação pedagógica desses docentes através de cursos especiais, cujo funcionamento, plano das matérias ministradas, classificação profissional dos que nele obtenham aprovação e número de candidatos a admitir anualmente serão regulados mediante portaria do ministro da Educação e Investigação Científica.

No caso de eventuais dificuldades na obtenção de uma formação pedagógica, conveniente, e no caso de opção de serviço não docente, poderá o ministro da Educação determinar o provimento desses lugares dos serviços centrais ou externos do Ministério, bem como em estabelecimentos deles dependentes.

Os regentes escolares que actualmente frequentam os cursos intensivos previstos no decreto-lei 67 73, de 26 de Fevereiro, e regulamentados pela portaria 149 73, da mesma data, poderão continuá-los até ao seu termo, não se permitindo, neste caso, o acesso de novos alunos, dada a insuficiência desses cursos para promoverem uma adequada formação pedagógica, ou optar pelo trânsito para os cursos especiais criados pelo mesmo diploma e nas condições por este definidas.

7. O Conselho de Ministros aprovou o projecto de orçamento rectificativo para o ano económico de 1976 do Gabinete de gestão do fundo de desemprego. Prevêem-se para este ano económico despesas no montante de 5 383 564 900$00 destinadas a cobrir as despesas resultantes do funcionalismo do próprio organismo (144 898 900$), dotações, no âmbito de uma política de promoções de emprego, inscritas no orçamento do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra (650 000 000$00), financiamento do sistema de protecção no desemprego (3 000 000 000$00) aplicação de 650 000 000$00 na realização de obras de melhoramento social em autarquias locais construção de habitações sociais, obras de viação rural, etc.) susceptíveis de fazer baixar a taxa de desemprego, e dotações específicas destinadas a acções de manutenção e promoção do nível de emprego (557 666 000$00).

8. O Conselho de Ministros aprovou um projecto de documentação e conservação de informação científica e técnica, dado o valor de que se reveste, para o estudo detalhado de determinado momento histórico, e da evolução da investigação do domínio das ciências exactas e humanas.

HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL

9. O Conselho de Ministros apreciou na generalidade um projecto de diploma do Ministério do Trabalho, que estabelece regras de duração de trabalho normal nacional.

Foram em princípio aprovados os limites mínimo e máximo de duração semanal normal do trabalho, na sequência dos dados recolhidos pela Comissão de Horário Nacional oportunamente nomeada para efeito.

O limite mínimo considerado razoável foi fixado em 40 horas e o limite máximo em 45 horas por semana. Foi ainda admitida a possibilidade de horários escalonados além da regulamentação de outros aspectos relacionados com a duração do trabalho.

O diploma conterá normas de adaptação progressiva dos horários actualmente inferiores e superiores aos referidos limites.

O texto voltará a uma das próximas reuniões do Conselho de Ministros. A fim de ser discutido na especialidade, passando então, na forma que vier a ser provisoriamente estabelecida, a ser submetido a discussão pública. Para recolha de dados úteis para a sua ulterior discussão e aprovação definitiva em plenário do Conselho.

10. O Conselho de Ministros resolveu também nomear, por proposta do Ministério das Finanças, os conselhos de gestão para as companhias de seguros nacionalizadas.

O Ministério das Finanças passa a compreender as seguintes secretarias de Estado: das Finanças, do Orçamento, do Planeamento, do Tesouro, dos Investimentos Públicos.

Por seu turno, no Ministério do Comércio Externo são criados os cargos de subsecretário de Estado adjunto, de secretário de Estado do Comércio Externo e de subsecretário do Turismo. É extinta neste Ministério a Secretaria de Estado para a cooperação Económica com os Países Socialistas.

Foi ainda decidido por aquele Ministério regulamentar a participação do Estado na administração de companhias de capitais administrados por parte do Estado, cujo vencimentos virão a ser determinados segundo normas agora estabelecidas.

Foi prolongada até 15 de Março a data para apresentação de balanço das companhias nacionalizadas.

Foram ainda aprovados vários diplomas sobre problemas pontuais.

NOVAS ADMINISTRAÇÕES DAS SEGURADORAS

Por decisão do Conselho de Ministros, foram indicados os Conselhos de Administração das companhias de seguros.

A lista dos presidentes dos Conselhos de Administração é a seguinte:

«Açoreana» — António Carlos Ribeiro.
«O Alentejo» — Mário Palma de Carvalho.
«Argus» — Jorge Rodrigues de Sousa.
«Atlas» — António Rebelo Mendes.
«Bonança» — Fernando Luís Rodrigues Baptista.
«Comércio e Indústria» — António Gonçalves Raimundo.
«Companhia de Seguros de Crédito» — Jorge Rogado Liz.
«Douro» — Domingos Soares.
«Fidelidade» — António Dias Afonso.
«Garantia Funchalense» — João Pedro Gomes.
«Império-Sagres» — Luís Alberto Valente Seixas Pereira.
«Mutual» — Ernesto Braga Rodrigues da Silva.
«Mutualidade - Soberana - Aliança Madeirense» — Raul Paulo dos Santos Cruz.
«A Nacional» — Armando Vieira dos Santos Caeiro.
«Ortigue» — José Manuel Castelhano Enes da Lage.
«A Pátria» — Manuel Marques Pereira.
«A Seguradora Industrial» — José Santos Marques.
«Tagus» — Joaquim Domingos.
«Tranquilidade» — Carlos Cabral Diogo Machado.
«Ultramarina» — Luís Monteiro da Silva.
«União» — Luís Simões de Abreu.

DN apresenta TOTOBOLA

O CONCURSO DESTA SEMANA (21)

BENFICA em Matosinhos para prosseguir a série vitoriosa?

1 — ACADÉMICO - UNIÃO DE TOMAR (1) — Duas equipas em posição ingrata, se bem que a situação dos visitantes seja, de todo o modo, um tanto mais favorecida do que, pròpriamente, a dos visitados. De toda a forma o Académico beneficia da circunstância-casa, o que sempre redunda em alguma vantagem, tanto mais que o União se mostra diminuído quando a jogar fora. Aqui está uma excelente oportunidade que os estudantes terão que aproveitar, sob pena de virem a cair numa situação desesperada. Símbolo "1".

2 — BELENENSES - F. C. PORTO (1X) — A derrota (gorda) dos lisboetas em Setúbal, no último domingo, poderá ser levada à conta de um acidente de percurso, mas poderá também ter um significado mais profundo do que esse. O Porto, por seu turno, parece ter entrado com o pé direito nesta segunda volta, com dez golos marcados em dois jogos. Assim, temos como hipótese muito provável o empate, ainda que a vitória dos visitados não seja também de afastar. «Dupla» "1X".

3 — FARENSE - SETUBAL (1X) — O Farense é outro dos que se mostram empenhados na fuga aos últimos lugares; o Setúbal, se bem que não usufruindo de uma situação tranquila, preocupa-se, isso sim, com o não cair lá. Que poderá suceder? Repare-se: a equipa visitada já perdeu, como tal, tantos pontos como os que ganhou (9-9). O Setúbal nunca ganhou fora mas parece empenhado também em dar de si nesta segunda volta, uma imagem diferente do que a que temos visto até agora. Vamos pela «dupla»: "1X".

4 — BRAGA - GUIMARAES (1X) — Mau grado a sua quebra evidente, pelo menos em relação às primeiras jornadas de Campeonato, o Braga ainda não foi, até agora, derrotado como visitado, a não ser pelo Benfica. O Guimarães, por seu turno, ainda só perdeu três jogos fora, o que ajuda também a dar uma ideia da sua força. Enfim, um jogo que os vimaranenses não deverão ganhar, sendo, contudo, já possível qualquer dos outros dois resultados. «Dupla» pois: "1X".

5 — CUF - ESTORIL (1X) A equipa do Barreiro tem, como visitada, muitos pontos mal perdidos, mas na última jornada desforrou-se muito bem, indo conquistar uma preciosa vitória à Tapadinha. O Estoril continua pé ante pé, a galgar-se para uma posição de relevo na pauta classificativa deste Campeonato, para o que muito tem contribuído os pontos ganhos fora e são sete. Também aqui nos parece ser de admitir a «dupla» (1X), talvez com mais possibilidades para o "X".

6 — LEIXÕES - BENFICA (2) — Invicto como visitado ainda há uma semana, o Leixões cedeu agora pela vez primeira frente ao poderoso Boavistas de Pedroto. Poderá voltar a ser assim no domingo? No domínio das probabilidades o Benfica dispõe de todos os trunfos, tanto mais que essa sua eventual vitória, agora, mais e mais alimentaria a sua candidatura ao título. Enfim, cremos que arriscar uma «simples» não é arriscar demais: símbolo "2".

7 — PENAFIEL - VARZIM (X2) — A equipa do Penafiel, tanto em casa como fora, mais em casa, naturalmente, do que fora, é aquilo a que chamar se pode um adversário duro de roer. O Varzim é o «leader» da Zona, uma equipa que apenas saiu derrotada uma vez, e na primeira jornada do Campeonato. A tendência é muito forte no sentido do "2" mas o empate é também um resultado de admitir. Aconselha-se, assim, a «dupla».

8 — CHAVES - ESPINHO (1) Como visitado, o Chaves ainda só perdeu dois pontos em consequência de outros tantos empates. Já o Espinho, como visitante, apenas adregou vencer até agora um jogo — de resto na primeira jornada da prova. A vitória dos visitados é assim um resultado mais do que provável, por muito que venha a ser contestada pelos espinhenses. Símbolo "1".

9 — MARINHENSE - RIO-AVE (1X) — A equipa da Marinha Grande tem vindo a fazer um Campeonato aos solavancos. Tão depressa dando a sensação de estar a recobrar forma, para logo depois mostrar que está afinal, a contas com ela. O Rionele, pelo contrário, tem duas faces: vencendo todos os jogos em casa, apenas conquistou uma vitória fora, e essa mesmo na primeira jornada do Campeonato. «Dupla»: "1X".

10 — PAÇOS DE FERREIRA - SALGUEIROS (1X) Um dos problemas mais complicados do concurso. Os visitados, enquanto tal, apenas perderam um ponto. O Salgueiros é a única equipa que ainda não perdeu, mas também é verdade que, fora, apenas ganhou um jogo, e esse mesmo por margem tangencial (Gil Vicente). Nestes termos, a vitória da equipa de Meirim parece de regeitar à partida, mas qualquer dos outros dois resultados possíveis se apresentam já viáveis. «Dupla» (1X) com tendência para "X".

11 — ALMADA - CALDAS (1X) — A equipa de Almada começa a ceder terreno — tanto que na última jornada se deixou derrotar, no seu próprio campo, pelo Peniche. O Caldas, fora, ainda só ganhou duas vezes mas empatou os três últimos jogos que eram todos considerados dos difíceis. Propomos uma «dupla» (1X) considerando que o "X" é a hipótese com mais viabilidade.

12 — TOR. NOVAS - ORIENTAL (1X) — Os visitados ainda só venceram até agora, dois jogos. O Oriental, fora, ainda não ganhou, mas já somou quatro pontos. Irão os homens de Marvila conquistar a primeira vitória fora do seu terreno? É possível, mas não é muito provável. Mais viável será o empate; viável ainda se bem que com menores probabilidades ainda o "1". «Dupla», portanto.

13 — PORTIMONENSE - MONTIJO (1X) Apesar de o momento ser, para os algarvios, de crise, a equipa de Portimão ainda só perdeu, como visitada, um ponto — aconteceu na última jornada, sendo o beneficiado o Sintrense. O Montijo, fora, ganhou três jogos, mas só foi derrotado duas vezes, e sempre tangencialmente. O favoritismo é dos algarvios, mas a hipótese de um empate não será e actamente de colocar de parte. «Dupla», portanto.

O PRÓXIMO CONCURSO (22)

1 — U. Tomar - Belenenses
2 — Setúbal - Braga
3 — Guimarães - CUF
4 — Estoril - Sporting
5 — Atlético - Boavista
6 — Beira-Mar - Leixões
7 — Paredes - Chaves
8 — U. Lamas - Famalicão
9 — Régua - Paços Ferreira
10 — Oriental - Portimonense
11 — U. Leiria - Olhanense
12 — Juventude - Barreirense
13 — U. Santarém - Peniche

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

RELATÓRIO PRELIMINAR DO 25 DE NOVEMBRO

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO

1. Introdução

A análise da situação político-militar verificada no País, nos meses que precederam o 25 de Novembro de 1975, julgamos só poder vir a ser feita com total objectividade e em condições sinópticas não nesta data, mas depois de decorrido largo tempo e quando libertos do poder ou das responsabilidades muitos dos que, ao longo daquele período, nele ocuparam funções ou cargos.

No entanto, esta comissão teve de fazer um esforço para tentar encontrar um quadro que permitisse compreender a formação de barreiras entre os seguidores políticos, o cavar de antagonismos e o início dos pensamentos e motivações que levariam à conjura falhada de 25 de Novembro de 1975.

Com esse objectivo, mas, no entanto, cientes da precaridade da nossa perspectiva, apontamos de seguida algumas das condições e factos mais salientes que, em nossa opinião, mais claramente abrem caminho à enunciação do que julgamos ser as causas remotas e próximas dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975, e, dentro destas, as consideradas determinantes quanto às pessoas e quanto ao tempo e modo.

2. Causas remotas

A frequente mudança de Governos Provisórios que neste País ocorreu no ano de 1975 deu lugar a variadas políticas de acção global, toda rumo ao socialismo, é certo, mas causaram grande instabilidade económica, política e social com o consequente reflexo ao nível das pessoas que não puderam fugir a essa influência, tantas vezes hesitante ou triunfalista, derrotista, sectária ou optimista, dele não se furtando também algumas proeminentes figuras do Governo ou públicas que ficaram igualmente polarizadas ou conotadas.

A razão profunda dessas variações de conduta política será provàvelmente imprecisa, ou, pelo menos, tão ampla que não será linearmente definível. Mas julgamos que muito do que ela contém será relacionado com o processo da conquista do Poder: o grosso do País, sentindo em termos democráticos, anseia pela representatividade só conferida pela via eleitoral. A dita vanguarda revolucionária parece convencida de que isso representaria a paragem do processo e não tendo outra alternativa, tenta aproximar-se pela vida da manobra política, do golpe e da pressão.

Para conseguir este objectivo, não hesitam os defensores da dita vanguarda revolucionária em estabelecer em todos os lugares de trabalho, nas fábricas, nos campos, nos quartéis, a infiltração dos seus simpatizantes, para, utilizando a sua maior militância, substituir discriminadamente a hierarquia profissional que lhe é desafecta pela sua hierarquia de competência política partidária.

Assim se causou a desagregação generalizada das Forças Armadas, em resultado do divisionismo ideológico, da radicalização, da contestação da hierarquia e, de seguida, da ineficácia dos seus chefes principais. Da mesma operação não escapou o meio civil e o aparelho de Estado, tudo conduzindo a uma demissão colectiva da autoridade e de responsabilidade.

3. Causas próximas dos acontecimentos de 25 de Nov. 75

As condições gerais descritas no número anterior produziram diversas e já célebres crises de governação e do Poder, tanto ao nível militar como no meio civil.

Julgamos não falhar muito, quando exprimimos a opinião de que, pela influência tão específica que vem a causar, é particularmente relevante a crise político-militar que culmina com a Assembleia do M. F. A. em Tancos. A remodelação do C. R. que se lhe seguiu, já em resultado do suporte geral ou quase geral dado o documento dos 9, fez perder a linha P.C.P. e seus seguidores, algumas posições de cúpula, situação cuja recuperação parece, a partir daí, ser tornado num objectivo a reconquistar.

Não são menos relevantes, a própria formação do VI Governo e as circunstâncias de que se revestiu a sua escolha; embora sendo de unidade nacional, e assente num pacto firmado também pelo P. C. P., e por este, aliás dentro do Governo, combatido no exterior por todos os meios. Concomitantemente esta atitude é excitada quando se verifica que a linha do P.C.P. e os partidos à sua esquerda passam a perder posições no aparelho de Estado e no aparelho civil.

A formação da F.U.R., à qual adere o P.C.P., M.E.S., F.S.P., etc., concorre para um extremar de posições e evolui para um aparelho de ataque contra o VI Governo.

A táctica da linha P.C.P./F.U.R. levou a escolher como objectivo também o sector das unidades militares e as novas associações a ela desafectas, aleitas nas F. A. e desenvolvem considerável suporte às acções dos S.U.V.s., M.U.V., Inter-Comissões de Soldados e Marinheiros, numa 1.ª fase, para de seguida também os empenhar nos ataques ao VI Governo e ao C.R.

Nesta fase do inquérito julgamos estar em condições de declarar que os meios de que se servia a linha P.C.P./F.U.R. para a prossecução dos seus objectivos foram provàvelmente, os seguintes:

(1) Ao nível militar.

— O COPCON e algumas das unidades militares dos 3 ramos das F. A., dele dependentes:

— Certos sectores da Armada;

— O S.D.C.I.;

— A Codice;

— Certos sectores da Força Aérea.

(2) Ao nível civil:

— A Intersindical;

— Vários sindicatos, em especial aqueles com base de apoio na cintura industrial de Lisboa;

— Algumas C. T. e C. M.;

— Vasto sector dos órgãos de comunicação social.

(3) Uma rede rádio entre as organizações militares e civis citadas, que proporcionava o estabelecimento de ligações rápidas para montar o dispositivo de apoio e mobilização mútua.

As tentativas para a linha P.C.P./F.U.R./U.D.P., em 2.ª fase, ampliar o seu suporte dentro do aparelho militar, conduziram ao estabelecimento de uma aliança indirecta, via Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa, com o COPCON, partindo do princípio que, contando com este, ou manipulando-o, veria também feita a aliança partidária com os militares e unidades operacionalmente dependentes do COPCON, invocando as razões do combate conjunto Povo-M. F. A., Soldado-Trabalhador e outras, o que efectivamente veio a ter consequente êxito prático na área da R.M.L., já que o comandante era comum.

A aliança pública veio a ser comprovada na manifestação de 16 NOV, na Praça do Comércio, a quem o General Otelo saúda e se oferece, aproveitando a impressionante mobilização de massas feita a propósito.

Outras formas práticas de aproveitamento de incidentes capazes de incentivar a aliança Povo-M.F.A., materializada no vínculo COPCON-Cintura Industrial-Comissões de Trabalhadores-Comissões de Moradores foram habilmente aproveitadas como, nomeadamente o caso da destruição da Rádio Renascença, a que se seguiu uma agitada campanha contra o C.R. e o VI Governo que, na «passada» criou as condições para que o B.E.T.P. se rebelasse contra o C.E.M.F.A. e se visse sem oficiais responsáveis.

A campanha de preparação da opinião pública para a hipótese de guerra civil, o levantamento da angústia a um alto ponto, o ambiente de pressão e boicote a que o País, por intermédio de boa parte dos órgãos de Informação associada aos actos concretos de sequestro ao Governo e à Assembleia Constituinte, culminaram com a própria paralisação do VI Governo, por se ver impossibilitado de executar a sua missão, em razão de não estar criado o suficiente suporte que lhe conferisse autoridade para governar, levaram à excitação, à emotividade pública e o putschismo ao auge, ainda criminosamente agudizado pelos apelos do P.R.P./B.R. à insurreição armada.

Difícil seria eximir-se, neste País, a Região de Lisboa às consequências deste estado político-social-militar.

A movimentação de 25 NOV foi disso consequência, só pontualmente ditada pelas causas que se conjectura como determinantes e se apontam de seguida.

4. Causas determinantes

(1) — A decisão do C.R., em 20 NOV 75 de substituir o general Otelo pelo brigadeiro Vasco Lourenço no Comando da R.M.L.

(2) — As declarações do então cap. Vasco Lourenço de que se assumirse o comando da R.M.L. não permitiria o estado de indisciplina que existia em algumas unidades da R.M.L. e substituiria alguns comandos dessas mesmas unidades.

(3) — A substituição dos comandos da R.M.L. daria origem à perda de força política da linha P.C.P./F.U.R. e COPCON o que diminuiria de forma sensível os seus recursos de mobilização popular, em armas disponíveis, organização, ligações, transmissões e cadeia de comandos consequências que não poderiam ser aceites naquela linha política, defensora da dita vanguarda revolucionária.

(4) — A ratificação, pelo P.R., ouvido o C.R., na reunião de 24-25 NOV, da decisão de nomear para comandante da R.M.L. o brig. Vasco Lourenço.

Esta decisão foi determinante da escolha do dia e hora do início da acção.

SÍNTESE DO RELATO

1. O desenrolar da conjura

A organização estava baseada numa acção inicial de forças militares que seria secundada por um apoio de massas populares, quer em concentrações maciças quer pelo apoio de grupos de civis armados, uns e outros, a executar em pontos sensíveis.

A conjura foi planeada e preparada para ter início no dia 24-25 em consequência de ser esta a data marcada pelo P.R. para a resolução definitiva do comando da R.M.L.

Para essa data forças militares e outras a intervir ficaram prevenidas aguardando ordens.

Um facto estranho surge no próprio dia 24: ao fim da tarde, as barricadas de Rio Maior, dado o seu volume e o corte absoluto das comunicações rodoviárias entre o Norte e o Sul que acarretaram, trouxeram fatalmente um efeito dissuasor, pela desconfiança de que a conjura tinha sido prematuramente conhecida, pelo que se assumiu que aquelas não eram mais do que o início da contenção da conjura; e a verificar-se tal hipótese, esta estaria condenada ao fracasso logo à partida.

Isto leva a hesitações do que resulta uma desmobilização por parte de algumas forças políticas, o que deveria, em boa verdade, ter conduzido ao adiamento da conjura.

No entanto, uma grande dose de putschismo, quer no seio das forças militares envolvidas quer no de certos partidos e organizações, mantém o plano inicial, embora em constante expectativa.

Tudo isto motivou que as forças militares e civis que intervieram na preparação da conjura do dia 25 não tenham definido claramente as suas acções, pelo que, muitas destas, não passaram de pedidos e apelos que não foram concretizados.

Para esta situação contribuiram decisivamente uma deficiente cadeia de comando, uma certa desalienação com prováveis atritos entre forças militares e civis e, dentro destas, grandes divergências motivadas por fundas divisões ideológicas.

O putschismo levou inexoravelmente a uma análise irrealística das consequências que poderiam advir se a conjura, com base numa determinada estruturação, persistisse, tendo esta sido seriamente abalada: quer isto dizer que o desajustamento de uma das forças ou organizações envolvidas comprometeria o sucesso da acção, pelo que haveria que repensar e adiar.

Se é fácil hoje considerar como aventureirismo a acção efectivamente desencadeada, o mesmo já não se poderá dizer, se nos transportarmos aos momentos em que ela foi vivida; a necessidade de manter «isentos» órgãos e indivíduos limitou a clarificação da hierarquia de comando e direcção da conjura, donde resultou um certo grau de descontrolo quer de ordens quer de acções.

A nível militar faltou, em primeiro lugar, um Posto de Comando Centralizado. Se é facto que no COPCON se concentravam elementos responsáveis, não deixa de ser mostrar claro que o S.D.C.I., no espírito de muitos, era um outro órgão de direcção, o que se pode verificar nalgumas afirmações produzidas, tais como «venho comandar esta unidade por ordem do major Pereira Pinto (S.D.C.I.) e a credencial é do COPCON» pela deslocação ao S.D.C.I. de militares e civis a fim de serem coordenados para a acção.

A consideração destes elementos revela que o chefe ou chefes militares não estariam claramente definidos ou, se o estavam, não assumiram as suas responsabilidades. Sem chefes e sem um comando único a acção concertada teria necessariamente de ressentir-se.

De qualquer modo, a ordem para o desencadeamento da acção teria de ser dada pelo COPCON, como o foi, dado que as unidades militares conjugadas dele dependiam directamente.

No seio deste havia ou estabeleceram-se divergências no âmbito político-militar. De todos os oficiais presentes nenhum reunia os pré-requisitos político-militares que lhe conferissem aceitação, quer no âmbito interno que, o que é mais grave, nas forças dependentes.

Aqui, a palavra de ordem tão propagandeada «ou Otelo ou nada» foi preponderante, adágio este que, revelando-se muito importante no capítulo da manipulação mostrou-se fatal aquando da sua aplicação prática.

Cedo se constata que algo falha no COPCON; o nome do general Otelo não é mencionado, com surpresa de muitos dos conjurados e consequente desmobilização. Dadas as ordens pelo COPCON para ocupação das bases aéreas, o general Otelo abandonou o COPCON, deixando o desenrolar dos acontecimentos entregue à militância dos conjurados, dando a sensação de que, dado o seu aval à acção, se desligou da mesma.

Por outro lado, a contenção da conjura é posta em marcha e transparece determinação efectiva por parte das suas forças. As forças rebeldes, com deficiente comando e coordenação, desmobilizaram rapidamente e uma após outra rendem-se sem oferecer resistência.

Paralelamente, as organizações civis afectas são atingidas por um mal idêntico: desmobilizações sucessivas de que resulta falta de evidência no comprometimento directo das cúpulas e abandono dos seus activistas a quem, para não denunciar a ligação ou comprometimento, não são transmitidas instruções, deixando-os entregues à sua militância.

Só neste ambiente de forte tensão psicológica, emotividade e putschismo inconsequente aliados da indisciplina generalizada que reinava no seio das próprias forças conjuradas, se poderia passar à acção, dadas as limitações existentes.

No entanto as ocupações, 1.ª fase do plano militar, são iniciadas.

2. Resumo da acção

A.

Continuando, do antecedente, a B.E.T.P. em estado de rebelião contra o C.E.M.F.A., na madrugada de 25 Novembro, inicia o movimento de ocupação das bases a partir de instruções recebidas do e pelos meios de transmissões do COPCON.

— A C.P.-121 (do D.G.A.F.A.) reforçada por material do RALIS ocupa o conjunto R.A. 1-G.D.A.C.I.

— Duas colunas de Páras, partindo da B.E.T.P. ocupam os B.A. 5 e B.A. 3.

— A B.A. 6 é ocupada por elementos dos Páras lá estacionados do antecedente.

— Uma força da P.A. reforçada por elementos da F.A.P. ocupa o E.M.F.A.

— Na tarde de 25 de Novembro um grupo de Páras da B.E.T.P. ocupa a B.A. 2, não encontrando resistência em qualquer dos objectivos e recebendo colaboração de elementos afectos no seu interior.

B. Acompanhando este M.T.V., no Exército, no decurso da manhã e tarde de 25

— O RALIS coloca-se espontaneamente em prevenção rigorosa, montando o seu dispositivo reforçado de defesa próxima.

— A E.P.A.M. ocupa, reforçada com civis, a R.T.P. e declara apoiar os Páras.

— O R.P.M. monta um dispositivo alargado à área urbana e suburbana de Lisboa, de reconhecimento e ligação, ocupa a E.N. e solidariza-se com a rebelião dos Páras.

— O R.A.C. ocupa o campo de aviação de Tires e exorta os seus militares à vigilância em favor da acção de Páras.

— O D.M.F. Almada convida C.T. e C.M. para colaborar na defesa do seu quartel, recebe cerca de mil civis no seu interior para distribuir armas o que não vem a suceder e barrica, com a ajuda de pessoal da Lisnave, o cesso à unidade.

— B. E. N. G. 3 distribui armamento ligeiro, via B.E.T.P., a civis.

— O R.I.A. fez uma moção apoiando a luta dos PARAS e coloca-se em prevenção rigorosa, por ordem da R.M. Centro.

— O R.I.O.Q. recebe ordens do COPCON para se preparar para atacar os Comandos ou no mínimo montar emboscadas para evitar a sua actuação, ao que não obedece.

— O C.I.A.A.C. recebe ordens do COPCON para montar a defesa antiaérea do Alto do Duque (COPCON), o que não cumpriu.

C. No mesmo período, na Armada

— As unidades navais fazem-se ao mar com prontidão antiaérea e recebem instruções para terem em atenção a possível hostilidade do C.I.A.A.C. e, a par, não navegar a norte do paralelo das Berlengas.

— São dadas ordens para organizar forças de desembarque às quais são prontamente seguidas pelos elementos afectos à C.D.E. e C.D.A.P.

São ocupadas as antenas do Porto Alto e Castanheira do Ribatejo e alguns pessoal da Marinha no S.D.C.I.

— Forças de fuzileiros são utilizadas na defesa do quartel do COPCON, solicitadas por este.

— Consideráveis massas populares concentram-se em torno e no interior das instalações navais, em alguns casos solicitando armas e quadros para apoio da luta iniciada pelos «páras».

D. No mesmo período, nos órgãos de Comunicação Social

— A E.N. recusa-se a continuar a transmitir um comunicado do P.R. e em seu lugar prepara-se para difundir uma proclamação enviada pelo R.P.M., em nome de alguns membros do C.R. afectos a um directório político-militar, o que não se efectiva.

— O R.C.P. faz apelos à insurreição, à luta armada, à mobilização popular e ao apoio à luta iniciada pelos «páras».

— A R.T.P., ocupada, difunde propaganda sobre o poder popular e relata com acento triunfalista as operações dos «páras».

No mesmo período no meio civil

— O P.C.P., a Intersindical, Sindicatos da C. Civil, Metalúrgicos e Transportes Rodoviários, a L.U.A.R., a U.D.P., o Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa, a F.U.R. apoiam, por manifestos, comunicados ou acções a luta dos «páras», nomeadamente o P.R.P.-B.R., que faz apelo à insurreição armada.

— Em determinadas localidades e unidades militares dos três ramos verificam-se concentrações partidárias de apoio à luta iniciada pelos «páras» e acções concretas de apoio administrativo, assim como se recorta distribuição de armamento e meios de transmissões.

E.

— A ocupação do conjunto R. A. 1-G.D.A.C.I. pelas forças dos Comandos foi, entre outros factores, facilitada pelo facto de as forças conjuradas não terem conseguido consolidar essa ocupação com o reforço dos fuzileiros pensado pelo COPCON.

— A reconquista deste objectivo pelas forças conjuradas não foi iniciada porque os comandos do R.P.M. e RALIS não conseguiram fazer intervir o Esquadrão de R.E.C. do R.P.M. e 1.ª C.A.R.T.-RALIS (reforçada), embora o tentassem.

— A posse simultânea dos R.A. 1-G.D.A.C.I.-Est. Radionaval (Monsanto e Algés) e antenas da RTP e E.N. pelos Comandos e C.I.A.A.C. retirou aos conjurados a capacidade de emprego dos meios rádio e TV da comunicação, dificultando-lhes a possibilidade de mobilização.

— A perda de condições globais de controlo da situação geral criada, em primeira análise, e no domínio da mobilização civil, tirou aos conjurados a possibilidade de atingir os seus objectivos políticos, pelo que perante a conjuntura algumas das forças políticas que suportavam a conjura desmobilizaram; sem elas, as forças militares afectas e envolvidas viram-se sem apoio popular, o que, associado à ameaça subsistente da intervenção da Força Aérea estacionada em Cortegaça, lhes retirou, conjuntamente, uma perspectiva razoável de êxito, cuja influência os conduziu à rendição sem resistência.

— O comunicado do E.M.G.F.A. difundido em 25 de Novembro (13.35), em que se informa o País de que grupos de pára-quedistas sublevados da P.E.T.P. assaltaram, durante a noite de 24/25 de Novembro, o comando da R.A.U.M. (Monsanto), a B.A. 3 (Tancos), a B.A. 5 (Monte Real) e a B.A. 6 (Montijo), teve importância capital na desmobilização das massas populares não militantes ou adeptas da linha política das forças conjuradas.

SITUAÇÃO SECTORIAL DA INVESTIGAÇÃO

1. COPCON

A. Os preparativos da acção

1. Em 18 de Novembro, durante uma manifestação em Belém, é lido um manifesto dos oficiais revolucionários, marinheiros e povo português.

Esse manifesto é lido depois de ter falado a essa manifestação o P.R.

2. a) Em 21 de Novembro processou-se um ajuntamento no COPCON de comandantes e oficiais de várias unidades da R.M.L. e de entidades independentes, algumas estranhas à R.M.L. e ao Exército, para contestar a nomeação de Vasco Lourenço para o cargo de comandante da R.M.L.

b) Quando de seguida comunicaram ao general OTELO que não podiam permitir o seu afastamento de comandante da R.M.L., este pretendeu justificar o seu procedimento no C.R. e mostrar aos presentes a sua atitude no mesmo. C.R., para o que resolveu pedir a comparência dos comandantes ALMADA CONTREIRAS e MARTINS GUERREIRO, que aceitaram.

c) Mais tarde, para ser informado sobre a atitude a tomar, o general OTELO reuniu-se em separado com os comandantes ALMADA CONTREIRAS e MARTINS GUERREIRO e outros oficiais. No final dessa reunião, foi comunicado aos presentes que o general OTELO, juntamente com alguns militares e acompanhado de Vasco Lourenço, iriam a Belém dizer ao P.R. que as unidades da R.M.L. não aceitavam a nomeação de Vasco Lourenço para a R.M.L.

d) Antes de ir a Belém o general OTELO deu ordens para serem guarnecidos, na forma do costume, o R.C.P., a RTP e a E.N.

e) Enquanto o general OTELO foi a Belém, a maior parte dos militares ficaram a aguardar a vinda de OTELO que, depois, relatou a decisão do P.R. em protelar até segunda-feira, dia 24, a reunião do C.R. para estudar o problema da nomeação de Vasco Lourenço. Nesta altura OTELO disse que não era preciso elaborar nenhum comunicado porque o major BARÃO DA CUNHA, que estava em Belém, falaria daí aos meios de comunicação social, o que de facto foi feito.

f) Por haver muitas propostas, o general OTELO indicou quais os oficiais que tomavam parte numa reunião mais restrita na sala dos «breefing».

g) Foi decidido nessa reunião restrita que o general OTELO não passaria de novo pela sala onde estavam os outros oficiais para não ser pressionado e que, no dia seguinte, daria uma entrevista à RTP para melhorar a sua posição junto dos oficiais do Q.P.

h) Nessa reunião, ao ser abordado o problema dos pára-quedistas, foi dito que o general OTELO não lhes poderia dar ordem nenhuma, pois o assunto ainda era do C.E.M.F.A., segundo a opinião do general COSTA GOMES, por quem foi criticado por posições já tomadas sobre este assunto.

3. a) No dia 22 de Novembro foi decidido distribuir 3000 «G-3» aos FUZOS e 1000 à E.P.A., das 7000 existentes à guarda do D.F.A.D.

Esta ordem não pode ser entendida em termos de segurança das armas, porque, se fosse esse o efeito pretendido, distribuir-se-iam as que existiam no D.G.M.G., porque foi por naquele Depósito não estarem seguras que o general OTELO entendeu e determinou que viessem dali para o D.F.A.D. Não é coerente depois o D.F.A.D. já não ser seguro, quando ainda havia armas, e muitas no D.G.M.G.

O que se pretendeu foi colocar aquelas armas em condições de poderem facilmente serem distribuídas a civis, nomeadamente a organizações populares.

(Note-se que no D.G.M.G. a Comissão de Trabalhadores passou a controlar a saída de armas.)

Sendo assim, temos de admitir que, quem deu esta ordem, estava dentro de um vasto plano de distribuição de armas a civis e verificou que, devido aos acontecimentos, a distribuição tinha de ser acelerada.

(Na área oriental de Lisboa haviam 2000 na E.P.S.M.; 2000 no RALIS e 7000 no D.F.A.D. A sul do Tejo apenas o D.F. ALMADA tinha 1000 e seria para os FUZOS e 1000 para a E.P.A.)

(O próprio DINIS DE ALMEIDA afirmava a OTELO que tinha civis a quem distribuiu cartão próprio e que, a troco deste cartão, recebiam as armas. Admite-se que a ausência de DINIS DE ALMEIDA no RALIS a partir de 26 tenha impossibilitado essa distribuição durante os dias 26 e 27.)

b) É provado da responsabilidade do general OTELO na distribuição de munições e armas aos PARAS, já rebelados contra o seu C.E.M.F.A.

Esta distribuição só pode ser encarada dentro de um plano de apetrechamento de determinadas unidades militares, cuja acção poderia ser dominada e controlada por determinadas forças políticas.

4. a) No dia 24 de Novembro o COPCON interferiu na distribuição do material vindo de Angola, impedindo que chegasse ao seu destino. O seu destino era em grande parte o R.C. PORTO o R. COMANDOS, o R.C. ESTREMOZ e a E.P.C.

Para evitar isto mandou uma força de FUZOS para o cais, para não deixar sair o material sem uma credencial do COPCON, ao mesmo tempo que o R.P.M. tenta interceptar os blindados, o que consegue parcialmente.

(Tudo isto se fez impunemente. Só a pronta intervenção do R. COMANDOS impediu que o desvio de armamento fosse concretizado.

b) No dia 24 Nov. processou-se nova reunião importante no COPCON e que tinha fundamentalmente, dois motivos principais:

— Saber a decisão do C.R. a respeito da nomeação de Vasco Lourenço, e decisões a tomar caso se concretizasse a nomeação.

— Saber as consequências e atitudes a tomar face aos incidentes de Rio Maior.

c) Cerca das 13, os Fuzileiros levantam 1000 G-3 no D.F.A.D. e não as 3000 previstas, por dificuldades técnicas no transporte das armas do local onde estavam para as viaturas.

d) Na reunião de 24 Nov. estavam presentes Delegados e Comandantes das mesmas unidades da reunião de 21 Nov., as mesmas personalidades independentes a que se juntaram mais algumas mas sem que o assunto no seu contexto geral sofra alterações de fundo.

e) A reunião prolongou-se pela noite adiante, pois tinham de saber os resultados do C.R. e falar com o gen. OTELO sobre a atitude a assumir em consequência.

5. a) O general OTELO chegou do C.R. em 25, muito cansado, preocupado e aborrecido, informou os presentes das decisões do C.R. e foi para o seu gabinete.

Houve vários comentários, estabeleceu-se excitação e emotividade e, passado algum tempo, é chamado o capitão Tasso à parte, à entrada do quarto do oficial de dia do COPCON, tendo falado com o general OTELO a sós. Passado algum tempo, o general OTELO volta novamente à sala onde estavam os outros oficiais.

Neste momento soube-se que os PARAS iam ocupar as bases, decisão que quase toda a gente esperava e para a qual apenas faltava o aval do general OTELO, pondo-se em marcha a execução do que estava planeada e preparado.

B. Acção do COPCON em 25 Nov. e seguintes

1. a) A acção desencadeou-se a partir do COPCON com a ordem para a ocupação das Bases. Estas ocupações têm de ser do conhecimento do general OTELO e dos presentes no COPCON.

b) A ordem é transmitida em 25, às 4 horas, via rádio, dando um número telefónico para confirmar. Na transmissão desta ordem tiveram papel importante o cap. TASSO, maj. DIAS FERREIRA e cap. LOURENÇO MARQUES pelos telefonemas que fizeram do COPCON para as diversos Bases da Força Aérea.

(E talvez o maj. COSTA MARTINS, que estava presente no COPCON e cujo nome foi referido nos telefonemas feitos).

c) Todos os oficiais presentes no COPCON, incluindo o general OTELO, têm a noção da gravidade da situação e das faltas que estão a ser cometidas: é dada ordem, pelo maj. DIAS FERREIRA, ao oficial de dia ao destacamento, para não deixar sair ninguém do COPCON sem autorização do oficial de serviço ao mesmo.

d) Na madrugada de 25 Nov., foram feitas duas chamadas telefónicas para o C.I.A.A.C. solicitando àquela unidade a montagem, no D.F.A.D. de um sistema de defesa antiaérea, por se admitir que o COPCON seria um objectivo para os meios aéreos que os PARAS não conseguissem neutralizar.

e) No dia 25 Nov., de manhã o COPCON está reforçado com um pelotão de FUZOS. Estes fuzos mantêm-se até final do dia 25 e foram mandados apresentar pelo cap. ten. GOUVEIA.

f) No dia 25 Nov., à noite, chega ao COPCON, após laboriosas solicitações, uma Companhia de Fuzileiros comandada pelo 1.º ten. VIEGAS. Esta Companhia sai do seu aquartelamento depois da declaração de estado de sítio e depois do Comandante do Corpo de Fuzileiros ter estado presente no COPCON por duas vezes (manhã e tarde) para saber o que se passava; durante a sua permanência na parte da tarde de 25, no COPCON, foi-lhe solicitada também uma força para actuação em Monsanto e Sacavém. Aquela força, devido à situação que se estava a desenrolar, recebeu ordem para regressar ao seu aquartelamento.

g) Ainda em 25 Nov, às 19.45, telefonaram para o R.I.O.Q., alguém que se identificou como maj. SERRA, dando indicações que poderia ser necessário actuar contra os Comandos, ou, no mínimo, montar emboscadas para evitar a saída dos mesmos.

(No dia 25 de Novembro a E.P.A. levanta 500 G-3 das 1000 de que recebeu indicações para levantar no COPCON. Esta distribuição de armamento foi feita antes de 25 de Novembro e, em princípio, para ter as armas em segurança.

(No COPCON estavam em segurança — local de acesso difícil; as que não estavam seguras eram as do D.G.M.G.)

i) Também com antecedência, foi planeada uma distribuição de armas aos «fuzos» (3000 G-3), das quais foram distribuídas 1000 G-3 em 24 de Novembro. O capitão-tenente Gouveia queria urgência na distribuição das armas aos «fuzos».

j) Durante o dia 25 de Novembro, o COPCON manteve uma actividade febril, sobressaindo as acções do coronel Varela Gomes pelos telefonemas que fez para unidades (R.P.M e RALIS) que queriam lançar contra os «comandos» ou contra a P.R., onde se diz estar prisioneiro o general OTELO; o coronel Baptista, sendo o C.E.M. do COPCON, por inépcia ou por aceitação de factos com os quais concordava, permitiu que dali saíssem as ordens para todas as movimentações realizadas ou que se pretendiam realizar.

l. Nas noites de 21 e 24 de Novembro de 1975 o membro do Comité Central do P.C.P. Jaime Serra esteve no COPCON.

Então em curso diligências

(Continua na 6.ª página)

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

RELATÓRIO PRELIMINAR DO 25 DE NOVEMBRO

(Continuação da 5.ª página)

para averiguar quem o recebeu e o objectivo da entrevista.

2. a) No dia 26 de Novembro, de madrugada, cerca das 3.000, o general Otelo chegou ao COPCON, vindo de Belém. Expôs a situação e deu indicação dos indivíduos que iam ser presos, pedindo ao capitão Tasso, capitão Lourenço Marques e major Dias Ferreira para avisar esse pessoal, o que foi tentado, desconhecendo-se, no entanto, se foi conseguido.

b) Em 26 de Novembro, à 1 hora, foi comunicado ao COPCON a extinção do mesmo, tendo, por proposta do coronel Baptista, sido aceite pelo general Otelo que ficassem apenas dois oficiais e que os outros fossem para casa. Esta proposta foi feita em 26, às 4.00 horas.

c) Em 26, à tarde e à noite, foram queimados diversos papéis no COPCON.

3. a) Em 27 de Novembro, foram referenciados dois «jeeps» que transportavam papéis, gravadores e máquinas de escrever.

b) Em 27 de Novembro, antes da chegada dos «comandos», os oficiais reunidos com o general OTELO no D.F.A.D., pressionavam aquele para tentarem reagir. Puseram a hipótese de ir para Tancos liderar a rebelião. O major Barão da Cunha e tenente-coronel Metelo foram os mais activos, tendo o primeiro chegado a agarrar as bandas do casaco do general Otelo.

2. Exército

Ralis

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a. Factos provados

1. De carácter militar

— Degradação progressiva do estado disciplinar da unidade com marginalização da cadeia hierárquica e abuso de plenários para fins irregulares.

— Uso indiscriminado do material de guerra.

— Presença de pessoal, utilizando viaturas militares, em manifestações partidárias e de S.U.V.S.

— Cerimónia de juramento de bandeira, em 21 de Novembro, com fórmula tida por «revolucionária».

2. De carácter militar-civil

— Reuniões com civis fora dos horários normais, inclusive aos domingos.

— Tomada pública de posições de apoio a actos de indisciplina colectiva contra elementos civis e contestando actos do Governo.

b) Diligências em curso

— Averiguações das ligações mantidas com outras unidades sublevadas e com organizações e partidárias.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Fornecimento de armamento e munições a outras unidades do Exército, da Armada e de «páras», nomeadamente na tarde de 23 de Novembro, 4 canhões sem recuo e 1 metralhadora pesada ao D.G.A.F.A., onde se encontrava a C. «pára» que iria ocupar Monsanto. Instrução sobre este material é ministrada aos «páras» por pessoal do RALIS.

2. De carácter militar-civil

— Manutenção de ligações rádio com organizações civis, às quais o RALIS forneceu aparelhagem.

— Distribuição de armas a civis.

b) Diligências em curso.

— Ligações com unidades sublevadas e presença de oficiais em reuniões irregulares do COPCON.

— Ligações com organizações civis que tenham interferido a nível militar.

— Organizações políticas ligadas à unidade.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De natureza militar

— Montagem de dispositivo defensivo no exterior e arredores do RALIS, na manhã de 24-25 de Novembro, segundo ordem transmitida pelo Comando, que se encontrava no COPCON.

— Reforço dos «páras» que ocuparam Monsanto com 1 «Chaimite», 1 auto-obus e canhões sem recuo, na tarde de 25 de Novembro.

— Tentativa de novo reforço na noite de 25 de Novembro, desta vez com 1 bateria de auto-obuses e outras de «Chaimites», o que não chegou a concretizar-se.

— Tentativa de concentração de outras forças no RALIS para o mesmo efeito, nomeadamente de «fuzos», após o COPCON ter informado que era desnecessário.

— Na noite de 25 de Novembro, 40/50 «páras», vindos do D. G. A. F. A., entram no RALIS.

— Reforço do G. 1 E. A. (Vila França) com 1 canhão sem recuo, na manhã de 25 de Novembro.

2. De carácter civil

— Concentrações de civis ao RALIS desde 25 de Novembro até à meia-noite de 26, altura em que são forçados a dispersar.

— Tentativa de levantamento de armas em 2 furgonetas na noite de 26 de Novembro.

b) Diligências em curso

— Localização de armas saídas do RALIS e pesquisa de um plano de distribuição de armas.

— Organização das ligações rádio com organizações e civis e sua utilização, bem como por meio de telefonemas.

R. P. M.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Indisciplina generalizada da unidade e sublevação da hierarquia.

— Abuso de plenários para discussão de ordens recebidas e sua contestação com o apoio do comando.

— Recusa ao embarque de companhias destinadas a Angola.

2. De carácter militar-civil.

— Participação de civis (C. M. e C. T.) nos plenários da unidade, incluindo o direito a voto.

— Participação em manifestações de rua.

— Posições de contestação frequente e notória aos Poderes constituídos.

— Desvio de 1000 «G-3» em Setembro.

— Instrução de tiro dada na unidade a civis

— Actuação irregular de 2 secções especiais da P. M., uma efectuando missões às ordens do COPCON e S. D. C. I. e outra às ordens do comando.

— Prática de torturas e sevícias sobre os detidos por parte das referidas secções especiais.

3. De carácter partidário

— Permanência de pessoal da unidade com uma viatura militar a título voluntário, nos emissores da R. R., na Buraca, após estes serem selados, e participação de uma força na manifestação da F. U. R. que eliminou com a desselagem.

— Participação em manifestações dos SUVs, com utilização de viaturas militares, em Lisboa e Coimbra.

— Utilização de viaturas da unidade em serviço da U. D. P.

— Cedência de um racal ao P. R. P./B. R.

— Após a cisão da F. U. R. reuniram-se na unidade dirigentes do P. R. P./B. R., U. D. P. e F. S. P., estando presentes 5 oficiais estranhos à unidade.

b) Diligências em curso

1. De carácter militar

— Comprometimento das rondas da P. M. em diversos actos criminosos e sua actuação de carácter partidário.

— Irregular organização de um esquadrão de reconhecimento na unidade.

2. De carácter militar-civil

— Apuramento de responsabilidades quanto às sevícias praticadas sobre detidos.

— Implicação da unidade nas actividades dos ocupantes da Quinta da Torre Bela.

— Implicação da secção especial em ocorrências com civis em actos de sabotagem económica.

3. De carácter partidário

— Responsabilidade da unidade nos incidentes verificados durante a manifestação de apoio ao VI Governo no Terreiro do Paço.

— Esclarecimento sobre as prisões de elementos da U. N. I. T. A. e F. N. L. A.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Na noite de 23-24 de Novembro elementos da P. M. desviam três autometralhadoras ligeiras «Panhard» vindas de Angola, levando-as para a unidade, juntamente com diverso material.

— Prevenções rigorosas voluntárias.

— Escolta de uma viatura de Transmissões cedida pelo G. D. A. C. I. à B. A. 6.

— Vinda de uma delegação de «páras» em 24 ou 25, que se reúne com o comandante.

2. De carácter militar-civil

— Presença de civis na unidade em 25 de Novembro, alguns dos quais armados e fardados.

b) Diligências em curso

1. De carácter militar

— Condições em que se deu o desvio do material vindo de Angola.

— Presença do ex-deputado da U. D. P. na unidade na noite de 25-26 de Novembro.

— Prisões de civis na Calçada da Ajuda na noite de 25-26 de Novembro.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Na noite de 25-26 de Novembro é dada ordem de preparar um esquadrão para intervenção com o máximo de autometralhadoras possível e mais tarde ordem para ir atacar a força do R. Comandos que se encontrava em Monsanto, o que não é cumprido.

— Uma viatura da unidade desloca-se, em 25 de Novembro, ao G. D. A. C. I. e à B. A. 6.

— Uma força com duas autometralhadoras ligeiras «Panhard» ocupa a E. N. em 25 de Novembro.

— Recusa do cumprimento da ordem dada pelo brig. Vasco Lourenço para dispersar uma manifestação junto a Belém, na noite de 25-26 de Novembro.

— Fornecimento irregular de material de guerra, nomeadamente munições de «bazzoka», ao Ralis.

— Demora na apresentação do comando da unidade, na Presidência da República, na noite de 26, com realização de plenário, o que foi causa próxima do confronto armado que veio a verificar-se e que provocou três mortos.

b) Diligências em curso

1. De carácter militar

— Averiguação da actividade da Secção Especial em 25 de Novembro.

— Averiguação de quem tomou a iniciativa da abertura de fogo na manhã de 26 de Novembro.

E. P. A. M.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Estado indisciplinar, com ausência de comando efectivo.

— Excessos de plenários e sua manipulação.

— Comparência de pessoal, utilizando viaturas militares, em manifestações partidárias e de S. U. Vs.

— Tomadas públicas de posições contestatárias contra os poderes constituídos.

2. De carácter militar-civil.

— Instrução ministrada a milícias, organizadas em Corpos Revolucionários de Defesa Popular, afectos ao P. C. P.

— Contactos frequentes com civis nos períodos de crise, os quais se reuniam com o comandante.

3. De carácter partidário

— Ida a França de 2 oficiais e 2 soldados, como representantes dos S. U. V.s.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Colocação de sacos de terra em locais estratégicos, na 1.ª semana de Novembro.

Colocação de metralhadoras em locais estratégicos.

— Reunião efectuada em 23 à noite na E. P. A. M. com oficiais de outras unidades incluindo da F. A. e com civis de C. T. e C. M.

— Ocupação da R. T. P. antes de 25 de Novembro.

2. De carácter militar-civil

— Convocação de todos os militares ausentes da E. P. A. M. para aí se apresentarem, feita através do R. C. P., a pedido do comandante.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Em 25 de Novembro é reforçada a força de ocupação da R. T. P.

— Cerca das 6.00 h., o comando ordena que todo o pessoal da unidade se arme, se municie, com receio de ataque aéreo.

— Cerca das 10.30 horas é feito um plenário, no qual um soldado que tinha estado numa reunião de intercomissões de soldados, explica a ocupação das Bases Aéreas, tendo o cap. Clemente falado também sobre a luta dos «páras».

— Efectuada a prisão da equipa militar da R. T. P.

— Na manhã de 26, após recepção da ordem de desarmar o pessoal, emitida pela P. R., alguns militares, apoiados por civis que se encontravam junto à Porta de Armas, fazem várias tentativas para ela não ser cumprida.

2. De carácter partidário

— Emissão de comunicados utilizando a RTP.

b) Diligências em curso

— Ligações com partidos e com organizações civis.

— Organização de Corpos Revolucionários de Defesa Popular.

— Papel do pessoal da E. P. A. M. na organização dos S. U. V.s.

D. G. M. G.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Estado indisciplinar.

— Forma irregular de funcionamento, com excesso de recurso à A. D. U., que tendia a substituir o comando e que chega a provocar o encerramento temporário do Depósito.

2. De carácter militar-civil

— Grande ligação de várias organizações, incluindo o Secretariado da Cintura Industrial, com o que se passava no D. G. M. G., nomeadamente através do incitamento à «luta» do Depósito.

— Forte influência recebida do RALIS.

b) Diligências em curso

— Ligações com partidos e organizações civis.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos comprovados

1. De carácter militar

— Participação na distribuição de armamento aos «Páras» já em estado de sublevação, embora a coberto de várias formas de ordens cuja legitimidade e regularidade era duvidosa.

— Dificuldades postas no fornecimento de armas a unidades não tidas como progressistas, em estreita ligação com o RALIS.

2. De carácter militar-civil

— Reportagem da TV sobre o Depósito, mostrando os paióis e armazéns de armas; e na qual são feitas referências às previstas distribuições de armas a civis.

b) Diligências em curso

— Esclarecimento de todas as irregularidades sobre o fornecimento de armamento e seus possíveis desvios para organizações civis.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Montagem de um dispositivo de segurança exterior, em 25 de Novembro, que incluía um carro de combate.

2. De carácter civil-militar

— Em 25 à tarde um grupo de militares da F. U. R., apoiados por militares do R. P. M., pretendem entrar no Depósito no que são impedidos por um grupo de oficiais.

R. A. C.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Estado de indisciplina, em especial na sede (Oeiras).

— Entrada de prevenção voluntária, com guardas no exterior.

— Presença de pessoal, utilizando viaturas militares, em manifestações partidárias e de S. U. Vs.

— Reuniões irregulares no exterior com militares de outras unidades, como o RALIS e o R. P. M.

2. De carácter militar-civil

— Manifestações partidárias incluindo distribuição de propaganda através de um grupo de militares da confiança do comandante e reconhecidos como afectos e militantes de partidos como o P. C. P.

3. De carácter partidário

— Presença constante de elementos de C. M. e C. T. afectos aos mesmos partidos, aos quais a unidade dava apoio.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Realização de um plenário na tarde de 21 de Novembro para contestação da nomeação do brigadeiro Vasco Lourenço.

—Entrada voluntária da unidade, embora por ordem do comandante, em estado de prevenção rigorosa, na noite de 21/22 de Novembro, assim permanecendo nos dias 22 e 23.

— Em 24, à noite, foram chamados os homens de confiança do comandante e montadas metralhadoras para defesa da sede.

b) Diligências em curso

— Presença no COPCON do comandante e outros militares na noite de 21/22 de Novembro e na noite de 24/25 de Novembro.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Em 25, às 8.30, o comandante informou a unidade, através da instalação sonora, da ocupação das bases aéreas, e cerca das 10 horas faz um minicomício na parada, no qual exorta os soldados à vigilância e elogia a atitude dos Páras.

— Em 25 de Novembro (22 horas) o comandante afirma por telefone, ao comandante da Bateria da Parede, que obedece ao COPCON.

— O aeródromo de TIRES é ocupado por forças do R. A. C.

— Os acessos à sede são interditos por forças da unidade.

2. De carácter militar-civil

— Em 25 e 26 a presença de muitos civis junto à Porta de Armas, alguns dos quais são recebidos no gabinete do comando até 26 de Novembro (4 horas).

— Presença no interior do quartel de uma viatura de transmissões de exteriores da R. R.

— Rádio militar transmitindo de uma casa no exterior do quartel.

b) Diligências em curso

— Ligações com partidos políticos.

— Organização de ligações rádio com organizações civis.

Dest. Almada

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Estado de indisciplina da unidade.

— Participação em manifestações dos S. U. V.s. em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.

— Tentativa de criação de um «Comité Disciplinar das Praças».

— Criação do «Comité de Praças», que era uma organização paralela à A. D. U. e cujo funcionamento era nitidamente deteriorante do estado disciplinar da unidade.

2. De carácter militar-civil

— Forte influência política por pressão externa dos partidos, quer por via directa (quadros e agentes subalternos, em especial femininos) e indirecta (C. M. e C. T.), com o consequente transporte para o interior da unidade das lutas partidárias.

b) Diligências em curso

— Ligações com partidos e organizações civis.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar e civil

— Na manhã de 25 de Novembro militares da unidade, incluindo membros do «Comité de Praças», contactaram elementos civis (C. M. e C. T.), convidando a população a colaborar na defesa do quartel, que supunham em risco de ser atacado.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar-civil

— Em 25, ao fim da tarde, forma-se em frente ao quartel uma grande manifestação de civis, parte dos quais armados com facas e ferros.

— Cerca de um milhar de pessoas entram no quartel com intenção de receber armamento (ali havia 1000 «G-3» às ordens do COPCON), o que não vem a suceder por acção dos oficiais e sargentos do quadro permanente e algumas praças.

— Cerca de 26 de Novembro (3 horas), um grupo de 100/200 civis ainda tentava receber armamento, no que eram apoiados pelo «Comité de Praças».

— Cerca de 26 de Novembro (8 horas) é cortado o acesso ao quartel com blocos de cimento colocados com o auxílio de gruas numa acção realizada por trabalhadores da LISNAVE, havendo nessa altura concentração de civis junto ao quartel e no interior do mesmo.

— A concentração de civis permanece até às 14.35, tentando impedir a saída do comandante para se apresentar na P. R., tendo nessa altura dispersado em pânico por causa dos voos a picar de dois «Fiats». Alguns civis, no interior do quartel, correm para as metralhadoras antiaéreas, sendo desmobilizados pelos militares.

b) Diligências em curso

— Averiguação dos preparativos de distribuição de armas a civis.

— Ligações com partidos durante os acontecimentos por parte de militares da unidade.

R. I. Q.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

Nada a referir.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

— Foi noticiada a participação do R. I. Q. na reunião da noite de 21-22 de Novembro no COPCON, de contestação à nomeação do brig. Vasco Lourenço.

b) Diligências em curso

— Qual o fundamento de tal notícia.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Em 25 de Novembro (19.45) é recebida ordem telefónica do COPCON para que a unidade se preparasse para atacar as duas companhias de Comandos que tinham ido a Monsanto ou no mínimo as emboscarem para lhes impedir o regresso, ordem que de imediato é decidido não cumprir.

2. De carácter militar civil

— Em 25 (13 horas) há uma concentração de civis à frente da unidade, composta por C. T. e C. M. orientadas por elementos da Intersindical, que contactam pessoal da unidade.

— Sob pressão do exterior e de elementos activistas é realizado um plenário para o pessoal ser esclarecido acerca da situação, no qual se nota a tentativa de manipulação por parte dos referidos elementos.

b) Diligências em curso

— Averiguação de ligações com partidos e organizações civis.

B. E. 3

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

Estado de indisciplina da unidade.

— Uso constante de plenários, com aprovação de moções contra os poderes constituídos.

— Aprovação de duas moções de apoio aos Páras sublevados, antes de 23 de Novembro.

2. De carácter militar-civil

— Realização de espectáculos de feição partidária, com colaboração de organizações civis.

b) Diligências em curso

— Averiguações das manobras partidárias desenvolvidas no interior, nomeadamente sobre os instruendos.

— Organização de S. U. V. e seu apoio.

— Ligações com partidos e organizações civis, nomeadamente o P. C. P. do Tramagal.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

— Reunião de oficiais em que foi decidido fazer uma entrega de armamento.

b) Diligências em curso

— Transporte de Lisboa e fornecimento aos Páras sublevados de várias metralhadoras ligeiras e pesadas, 6 «bazookas» e 40 cunhetes de munições

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

— Em 25 à tarde saiu um carregamento de armas da unidade numa viatura militar, as quais foram entregues a dois civis perto do Tramagal.

— Em 25 à tarde uma viatura da unidade transporta de Lisboa para a B. E. T. P. 8 «bazookas» e respectivas munições, fornecidas pelo RALIS e R. P. M.

b) Diligências do armamento distribuído e seus receptores.

E. P. E.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

— Nada.

b) Diligências em curso para averiguar

— Reuniões irregulares com S. U. Vs.

— Ligações de elementos da unidade com partidos e organizações civis.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

— Nada.

b) Diligências em curso para averiguar

— Possível participação no apoio à B. E. T. P. sublevada.

— Ligações com o B. E. 3 no respeitante a fornecimento de armamento.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

— Nada

b) Diligências em curso para averiguar

— Comprometimento com a acção da B. E. T. P. e B. E. 3.

R. I. A.

1. CAUSAS PRÓXIMAS

a) Factos provados

— Nada.

b) Diligências em curso

— Possíveis ligações de militares da unidade com a BETP.

— Possíveis ligações de militares da unidade com grupos de civis partidários que visassem distribuição de armamento.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Realização de plenários com aprovação de moções de apoio à luta dos Páras, luta da Rádio Renascença, etc.

2. De carácter militar-civil

— Tentativas de introdução no quartel de civis (C. M. e C. T.) com vista à participação activa na vida da unidade.

b) Diligências em curso

— Ligações de elementos da unidade com a preparação do golpe, nomeadamente ligações com a B. E. T. P. e participação nas suas reuniões.

3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Em 251600 NOV, realização de um plenário, com a comparência de 4 páras, os quais explicam a sua luta e afirmam que a ordem de ocupação viera do COPCON e que várias unidades de Lisboa estavam com eles, como o RALIS e o R. P. M.

Neste plenário é aprovada uma moção de apoio aos Páras.

— A unidade, que já se encontrava de vigilância reforçada, passa a prevenção rigorosa, constituindo uma companhia para defesa do quartel e intensificação da vigilância por ordem da R. M. C.).

b) Diligências em curso

1. De carácter militar

— Origem de uma ordem para ocupação dos emissores da Lousã.

— Implicação de alguns militares nos acontecimentos.

2. De carácter militar-civil

— Possível preparação de entrega de armas a civis.

3. De carácter partidário

— Ligação com elementos civis partidários.

Outras unidades

1. CAUSAS PRÓXIMAS

b) Diligências em curso para averiguar

— Extensão dos procedimentos irregulares semelhantes aos que provocaram a degradação do estado disciplinar.

— Manipulações de plenários e tomadas de posição contra os poderes constituídos.

— Participação em manifestações partidárias e dos SUVs.

— Abusos de poderes e utilização de material de guerra.

— Ligações a grupos partidários.

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

b) Diligências em curso para averiguar

— Organização e instrução de milícias.

— Apoios à sublevação dos Páras.

— Preparação de intervenção oportuna a favor da conjuração.

3. ARMADA

Gabinete do C. E. M. A.

GRUPO DE LIGAÇÃO À CNI
— 25 NOV 75
ASS. PONTO DA SITUAÇÃO EM 12 JAN. 75.

Ref.ª a) Directiva do CEMGFA de 29 Nov. 75.

b) Despacho do CEMA, de 2 Dez 75, para cumprimento da directiva anterior.

c) Despacho do CEMA, de 2 Jan. 76 sobre o relatório n.º 1/19 Dez. 75, da CNI 25 Nov. 75 (Sector Armada).

A. NOTA INICIAL

Na Armada foram, até agora, levadas a efeito duas séries de investigações: a primeira, obedecendo à referência «b», de carácter preliminar, decorreu entre 2 a 5 de Dez. 75 e permitiu coligir dados que a segunda, resultante da referência «c» e em curso, amplia, aprofunda e procura esclarecer.

Acresce terem sido feitas no C. C. P. e na F. F. C., de 29.12.75 a 6.1.76, por dois oficiais da Armada integrados no Serviço da Polícia Judiciária Militar, averiguações cujos processos (14) foram recém-entregues a este Grupo de Trabalho para conhecimento e coordenação.

Nestas circunstâncias, não se referem factos como «provados» mas consideram-se sim os que foram objecto do Despacho em referência «c» na fase de averiguação que abrange não o 25 Nov. 75 como também eventos anteriores que com ele se relacionam ou podem vir a relacionar-se.

B. AVERIGUAÇÕES EM CURSO

CDEA e CDAP

a) Ligações com instrução de armamento a civis do AA e da Cooperativa 1.º de Maio.

b) Práticas demagógicas e antidisciplinares tanto nos próprios organismos como no seio de diversas unidades:

1. Moções tendenciosas.

2. Desenvolvimento de tensões e de instabilidade entre o pessoal.

3. Manipulação da informação com o fim de manter a crença de que o «Golpe 25 Nov.» prosseguia com êxito (CDEA).

4. Ordens directas a unidades na BNL, mandando organizar forças de desembarque (FDS) e actuar fora das instalações navais (CDEA).

5. Mentalização geral para uma situação de confronto entre forças militares dos três ramos, apoiando a Marinha as sublevadas.

OBS. — Averigua-se o acima descrito, pelo menos nos CNC (incluindo BNL, CFNP, CFD/M e ES), GIFA, GZEA e NRP «Alm. P. da Silva» e nas FFC, EF, DSEC, DSAN e EN.

2. COM CARACTER PONTUAL

a) CNC

Actividades político-militares do comandante:

— Ligações com CDEA e CDAP.

— Saídas de navios para o mar sem o EM/CNC saber quais as manobras.

— Supressão de termos significativos na retransmissão de uma ordem por mensagem.

— Indícios de identificação da FA como inimigo potencial, em mensagem difundida para navios no mar.

— Ordem por circular confidencial, a todas as unidades navais para constituírem FDs; quanto a missões, apenas um elemento responsável referiu destinarem-se a cooperar com os fuzileiros.

b) BNL

1. Facilidades de transportes:

a) Para militares irem à manifestação dos SUVs em Évora.

b) Para civis da BNL e AA irem à manifestação do SCTCIL, frente ao palácio de Belém, (20 NOV. 75).

2. Autorizações:

a) Para elementos da CTAA poderem entrar e sair livremente da base, em qualquer altura.

b) Para civis da CTs AA, Parry & Son, Lisnave, Companhia Portuguesa de Pesca e outras e Comissões de Moradores entrarem na BNL durante a prevenção rigorosa.

3. Circulação de militares armados e desacompanhados por toda a área da B.N.L., aliciando outros, em unidades e serviços, a armarem-se e a segui-los.

c) C. C. F. e F. F. C.

1. Recepção de armas fornecidas pelos COPCON e RALIS.

2. Pedidos de intervenção recebidos: anuências e recusas.

3. Intercepção na F. F. C. (25 de Nov. 75) de uma mensagem em claro do COPCON instruindo Páras sobre ocupação BA6, se necessário, pela força.

d) E. F.

1. Tentativa de aliciamento do Comando para apoio aos Páras sublevados:

a) Por oficiais alheios à unidade.

b) Por oficiais, sargentos e praças da unidade.

c) Por civis, ao portão da unidade.

2. Ligações com a B. E. T. P. (Tancos), a B. A. 6 (Montijo) e o RALIS.

3. Actuação do oficial de serviço na noite de 24/25 Nov

e) G. I. E. A.

1. Deslocações e contactos não autorizados pelo Comando, de militares (oficiais e praças) aos e com RALIS e Porto Alto, na noite de 25/26 Nov.

2. Características e actuação da «Força de Vigilância Revolucionária» (clandestina).

3. Aparecimento no interior da unidade de um canhão sem recuo e de um sargento do RALIS, empenhados na instrução de pessoal da CF7 (manhã 25 Nov.).

4. Existência de um comando revolucionário incitando à indisciplina e mesmo à sublevação.

5. Imprecisões na actuação de forças em vários locais fora da unidade.

f) G.2E.A.

Acções pró-Páras sublevados que culminaram numa tentativa de forçar o Comando a fazer sair forças em seu auxílio.

g) D. S. E. C. (E. N. R. «Nunes Ribeiro»).

Actuação político-militar do Director, de um sargento e de um cabo:

— Moção de apoio aos Páras sublevados.

— Recepção no G. D. A. C. C. de armas e munições.

— Divisionismo entre o pessoal.

h) E. N.

1. Participação na manifestação da F. N. R. (Terreiro do Paço).

2. Movimentação de alunos entre a Escola e a Lisnave (noites de 25 a 27 Nov.).

3. Ligações com elementos ditos da F. A., na Comissão Dinamizadora do M. F. A.

i) D. S. A. N.

1. Inclusão forçada no serviço de dia de um sargento que muito ajudou a perturbar a unidade.

2. Pedido anómalo de armas por dois oficiais da E. F. em 26 Nov.

3. Fornecimento de armas a um navio possuidor da dotação atribuída.

j) E. S.

1. Atitude de adesão aos Páras sublevados por parte de um oficial.

2. Diligências de oficiais da Esquadrilha para formação na noite de 25/26 Nov., de um «Comando de Marinha na Zona Sul», abrangendo o C. N. C. e o C. C. F.

k) N. R. P. «Comandante Roberto Ivens»

1. Actuação indisciplinada e indisciplinadora de um oficial.

2. Aparecimento de panfletos incitando à insubordinação (27 Nov.).

(CONTINUA)

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA

Bleed Though

Cine Jardim

AS 18 HORAS

Acção e violência

O REGRESSO DE SABATA

às 21,45 horas

Amor... Ódio... Karate

Despedida

MARCADA PELO DESTINO

—e—

O BOXEUR CHINES

A452

Cinema João Jardim

AS 13,15 HORAS

Acção e Karate...!

O HOMEM QUE VEIO DO PASSADO

O BOXEUR CHINES

AS 17,30 HORAS

Últimas exibições

MARCADA PELO DESTINO

O REGRESSO DE SABATA

AS 21,15 HORAS

Estreia

KERMESSE ERÓTICA

A453

FILMES CASTELO LOPES

apresenta

EM ESTREIA

A440 às 21.15 horas

ANNE LIFERT-ALAIN TISSIER-ANNE KERYLEN

JEAN LE VITTE

TRIBUNAL JUDICIAL DO FUNCHAL

2.º JUIZO 2.ª SECÇÃO

ANÚNCIO PARA CITAÇÃO

Pelo presente se faz saber que pela 2.ª Secção do 2.º Juízo do Funchal correm éditos de 30 dias que se começam a contar desde a publicação do segundo e último anúncio, citando o réu JOÃO ISAQUE PESTANA RODRIGUES, casado, comerciante, com o seu último domicílio conhecido nesta Ilha ao sítio do Bom Sucesso, freguesia de Santa Maria Maior, comarca do Funchal e hoje ausente em parte incerta do Brasil, para no prazo de 20 dias, posterior ao dos éditos, contestar, querendo, o pedido na acção com processo ordinário que a ele e à sua mulher, Maria Evangelista Andrade Rodrigues, move o autor Samuel de Abreu Quintal, casado, médico, morador ao Caminho de Santo António, n.º 48-B, Funchal, sob pena de ser condenado no pedido, constante da petição inicial que em resumo alega:

PRIMEIRO

O réu além da sua profissão de médico; exerce nesta ilha em conjunto com outros, outras actividades, principalmente a comparticipação em compras, construções civis e venda de prédios;

SEGUNDO

O réu marido desde há anos, com o autor e outros dedicou-se à actividade mencionada no artigo anterior e disso fazia quase o seu modo de vida em benefício do casal;

TERCEIRO

Nos negócios conjuntos, nomeadamente de compras de terrenos, construções turísticas e para obras que o réu marido executou na sua própria residência, o autor abonou a quantia de 823 487$70, conforme consta dos 4 cheques juntos ao processo de arresto apenso.

QUARTO

Esses abonos ou adiantamentos eram, aliás, do pleno conhecimento de outros comparticipantes nos negócios conjuntos e eram feitos momentâneamente e a curto prazo; atendendo à presente crise económica o réu marido colocou-se na situação de não poder satisfazer as referidas importâncias em falta manifesta de pagamento;

QUINTO

Até que, últimamente, o réu marido fugiu para o estrangeiro, sem nada pagar ao autor; a importância dos referidos cheques reverteu em proveito comum do casal dos réus; termina pedindo que os réus sejam condenados a pagar ao autor a mencionada quantia de Esc.: 823 487$70, com custas e demais encargos judiciais. O duplicado da petição inicial encontra-se arquivado na Secretaria Judicial à ordem do citando.

Funchal, 14 de Janeiro de 1976.

O Juiz de Direito,

José Manuel de Carvalho Pinheiro

O Escrivão de Direito,

Pedro Marcial da Câmara

M148

SALDOS

A habitual apresentação de Saldos de Balanço da Secção de Retrosaria do

BAZAR DO POVO

começa na próxima Sexta-feira:

Nela figurarão: Toalhas — Cobertores — Mantas — Colchas — Rendas e Bordados.

Visite-a

NOVO BISPO DE MACAU

LISBOA, 21 — O Ministério dos Negócios Estrangeiros, informou que «em conformidade com os acôrdos vigentes entre Portugal e a Santa Sé, Sua Santidade o Papa houve por bem nomear para o cargo de Bispo de Macau, o reverendíssimo padre Arquimínio Rodrigues da Costa que desempenhava as funções de Vigário Capitular da mesma diocese. — (ANOP)

ALMOÇAR ONDE JANTAR

EXCLUSIVO DE O. S. L. J. TEL. 3084

EMPOSSADOS NOVOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

LISBOA, 21. — Tomaram hoje posse seis novos secretários e dois subsecretários de Estado.

Os secretários de Estado empossados são: dr. Arosa Ramos, para a Saúde; dr Amândio Azevedo, para a Secretaria dos Retornados; eng. Vítor Vasques, para a Segurança Social; dr. Sousa Franco, para as Finanças; eng. Vito Sá; secretário da Estruturação Agrária; comandante da marinha mercante Fernando Pinheiro, para a Marinha Mercante.

O dr. Santos Pais é o novo subsecretário adjunto do ministro das Finanças, enquanto o dr. Andrade Neves tomou posse na Secretaria de Estado das Pescas.

«Declarou no dia 15 o senhor primeiro-ministro que a formação do VI Governo estava a demorar mais que aquilo ser a razoável porque se tinha chegado à conclusão de que em virtude das complexidades e dificuldades dessa remodelação se havia chegado a acordo entre os principais partidos e o MFA para que estes problemas fossem resolvidos parcialmente — começou por afirmar o Presidente da República, general Costa Gomes, durante a cerimónia de posse:

«Confesso que tanto o senhor primeiro-ministro como eu — prosseguiu o general Costa Gomes — desejaríamos ter visto resolvida esta crise com muito maior rapidez e julgo que se tem havido da parte dos principais partidos políticos mais tolerância, mais compreensão e menos irrealismo, isso teria sido possível. Estamos em princípio e ainda com pouco tempo de treino democrático e portanto estas demoras nas composições de um governo formado por diversos partidos políticos não pode admirar visto suceder em todos os países onde os governos são formados por coligações ou são de carácter nacional mas formados por mais de dois partidos».

«Vão vossas excelências entrar nos vossos departamentos, tendo já vossos chefes, ministros responsáveis, programa da forma como pretendem resolver os problemas dos departamentos por que são responsáveis. Se isso traz umas certas dificuldades porque tereis necessidade de vos adaptar muito rapidamente às ideias e conceitos que os senhores ministros nesta altura com certeza já têm fixados relativamente ao trabalho a executar nos seus Ministérios» — afirmou, a concluir, o Presidente da República.

CARAVELA

RESTAURANTE

Telef. 28464

AV. MAR N.º 15

HOJE: Bife de atum c/ milho fr.to

U146

«ASIA»

RUA DAS PRETAS, 19

Telefone 33681

HOJE: SARDINHA ASSADA C/ BATATA E SALADA

Avião Novo

TELEF. 23470

Prato do dia:

HOJE: CARNE A JARDINEIRA

Z145

CORAL CERVEJARIA

HOJE: Pargo frito à portuguesa e costeletas de vitela

Telef.: 23999 U139

Grão Vasco

DÃO

O VINHO MADURO QUE COMPLETA UMA BOA REFEIÇÃO

Z75

ESCOLA COMERCIAL DE LÍNGUAS

TEM O PRAZER DE COMUNICAR QUE INICIARÁ PROXIMAMENTE O

CURSO DA LÍNGUA SUECA

DURAÇÃO DO CURSO 5 MESES.

A Escola tem solvência económica garantida por Juros Depositados nos Bancos do Funchal.

Informações: Terças e Quintas, das 10 às 12 da manhã.

RUA DOS NETOS, N.º 43, 2.º ANDAR

M124

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PONTA DO SOL

Anúncio para citação

Publicado no Diário Notícias de 21/1/76

Pela 1.ª secção do Tribunal da comarca de Ponta do Sol e na Execução Sumária n.º 17/75, que o Exequente João Fernandes viúvo, comerciante, residente ao sítio da Porta Nova, freguesia do Campanário, move contra os executados João de Abreu e mulher Maria Fernandes, residentes na Venezuela, e João Silvestre Fernandes e mulher Inês de Faria, que tiveram o seu último domicílio conhecido ao sítio da Vigia freguesia do Campanário, e actualmente ausentes em parte incerta da Venezuela, correm éditos de QUARENTA E CINCO DIAS contados da data da publicação do segundo e último anúncio, citando os últimos executados para no prazo de CINCO DIAS findo o dos éditos, deduzirem oposição, pagarem ao exequente a quantia de vinte e seis mil e setecentos escudos, respeitante ao capital emprestado e juros dos últimos cinco anos ou nomearem bens à penhora, sob pena de se considerar devolvido ao exequente o direito de nomeação de bens à penhora.

O duplicado da petição inicial encontra-se arquivado nesta Secretaria Judicial de Ponta do Sol.

Ponta do Sol, 12 de Janeiro de 1976

O Juiz de Direito

(Rodrigo António Videira Franco Afonso)

O Escrivão de Direito

(João Jardim Araújo Sol)

TRIBUNAL JUDICIAL DO FUNCHAL

2.º JUIZO 2.ª SECÇÃO

ANÚNCIO PARA CITAÇÃO

Pela 2.ª Secção de Processos do 2.º Juízo de Direito da comarca do Funchal, na acção sumária n.º 100/75 movida pelo autor «O Banco Totta & Açores S. A. R. L.», com sede em Lisboa, contra o réu DANIEL HENRIQUES, casado, comerciante, com o seu último domicílio conhecido nesta Ilha na Rua Pimenta de Aguiar, da cidade do Funchal, e hoje ausente em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, é este réu citado para contestar, querendo, apresentando a sua defesa no prazo de 10 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que o autor deduz que em resumo consiste no seguinte:

PRIMEIRO

Em 20-3-1975 foram emitidas 2 letras aceites de «Daniel Henriques & Cia. Lda.» e saque de «Islena» no valor global de 53 700$00, ambas com o vencimento em 20-5-1975, respeitantes a transacções entre aceitante e sacadora;

SEGUNDO

A segunda letra de 44 400$00 foi avalizada pelos réus Manuel de Costa Neves e Daniel Henriques, que nela apuseram a sua assinatura de que se vincularam solidàriamente à obrigação de pagamento da obrigação cartular;

TERCEIRO

As letras não foram pagas no seu vencimento, nem depois, foram lavrados protestos no que o autor dispendeu 210$00;

QUARTO

Como legítimo portador das questionadas letras e ao abrigo dos arts. 28, 47 e 48 da Lei Uniforme, os réus estão adestritos à obrigação solidária de liquidação ao demandante do capital das letras, despesas de protesto e juros legais desde o vencimento.

O duplicado da petição inicial encontra-se arquivada na Secretaria Judicial à ordem do citando.

Funchal, 16-1-1976.

O Juiz de Direito,

José Manuel de Carvalho Pinheiro

O Escrivão de Direito,

Pedro Marcial da Câmara

M149

NAVIO-MOTOR

FRUTEIRO «MADEIRENSE»

SAI PARA LISBOA

Sexta-feira, 23 de Janeiro

Recebe banana e carga diversa até às 15 horas.

Empresa de Navegação Madeirense, Lda.

R. da Praia, 45-47 — Funchal

Telefone 30195

A430

TRIBUNAL JUDICIAL DO FUNCHAL

2.º JUIZO 2.ª SECÇÃO

ANÚNCIO PARA CITAÇÃO

Pela 2.ª Secção de Processos do 2.º Juízo de Direito da comarca do Funchal, na acção sumária n.º 100/75 movida pelo autor «O Banco Totta & Açores S. A. R. L.», com sede em Lisboa, contra o réu DANIEL HENRIQUES, casado, comerciante, com o seu último domicílio conhecido nesta Ilha na Rua Pimenta de Aguiar, da cidade do Funchal, e hoje ausente em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, é este réu citado para contestar, querendo, apresentando a sua defesa no prazo de 10 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que o autor deduz que em resumo consiste no seguinte:

PRIMEIRO

Em 20-3-1975 foram emitidas 2 letras aceites de «Daniel Henriques & Cia. Lda.» e saque de «Islena» no valor global de 53 700$00, ambas com o vencimento em 20-5-1975, respeitantes a transacções entre aceitante e sacadora;

SEGUNDO

A segunda letra de 44 400$00 foi avalizada pelos réus Manuel de Costa Neves e Daniel Henriques, que nela apuseram a sua assinatura de que se vincularam solidàriamente à obrigação de pagamento da obrigação cartular;

TERCEIRO

As letras não foram pagas no seu vencimento, nem depois, foram lavrados protestos no que o autor dispendeu 210$00;

QUARTO

Como legítimo portador das questionadas letras e ao abrigo dos arts. 28, 47 e 48 da Lei Uniforme, os réus estão adestritos à obrigação solidária de liquidação ao demandante do capital das letras, despesas de protesto e juros legais desde o vencimento.

O duplicado da petição inicial encontra-se arquivada na Secretaria Judicial à ordem do citando.

Funchal, 16-1-1976.

O Juiz de Direito,

José Manuel de Carvalho Pinheiro

O Escrivão de Direito,

Pedro Marcial da Câmara

M149

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

AVISO

Rebentamento de explosivos

Faz-se público, a fim de evitar desastres pessoais, que no dia 23 do corrente mês, das 15 às 18 horas, serão executados por Forças Militares rebentamentos de explosivos no Chão da Lagoa — Montado do Barreiro.

Funchal e Paços do Concelho, aos 21 de Janeiro de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa,

Virgílio Higino Gonçalves Pereira

A456

ONDE dançar esta noite

HOJE DANCE com MÚSICA dos YAKOBINDO'S

Est. Monumental, 23

X59

TORRES DUAS

PARTICIPAÇÃO

JOÃO VIEIRA

FALECEU

José Vieira, Arnaldo Aniceto Vieira, sua mulher e filhos (ausentes) e demais família, cumprem o doloroso dever de participar às pessoas de suas relações e amizade o falecimento do seu saudoso pai, sogro, avô e parente, que foi residente à Rua do Lombo da Boa Vista, n.º 30, e que o seu funeral se realiza hoje, pelas 14,30 horas, saindo da capela do cemitério de Nossa Senhora da Piedade, em São Gonçalo, para o mesmo.

Será precedido de missa de corpo presente, às 14 horas, na referida capela.

Funchal, 22 de Janeiro de 1976. A458

A cargo da Agência Funerária FUNCHALENSE de ANDRADE & LEANDRO, LDA.

Rua da Ponte Nova, N.º 13—Telef. 23771

PARTICIPAÇÃO

EURICO FRUTUOSO DE SOUSA

FALECEU

A família do extinto cumpre o doloroso dever de participar o falecimento do seu saudoso parente, e que o seu funeral se realiza hoje, pelas 16,30 horas, saindo da capela do cemitério de Nossa Senhora das Angústias, para o mesmo.

Mais participa que será celebrada missa de corpo presente, pelas 16 horas, na referida capela.

Funchal, 22 de Janeiro de 1976. A457

Agência Garcêz

TRAVESSA DO FREITAS, 20-22 — TELEFS. 21283 E 22841

COMPRE MÁQUINAS E FILMES Kodak

Agora a Novos Preços nos Revendedores

CASA LONDRINA

Rua do Aljube, 43-R. João Gago, 6

Revelações Diárias a Côres

Z71

PARTICIPAÇÕES

MANUEL DE CASTRO

FALECEU

Maria Encarnação de Castro, Alberto Diogo de Castro e sua mulher, Jaime Pedro de Castro, sua mulher e filho, Cecília Encarnação de Castro, Lídia Paula de Castro, Maria Vera Encarnação de Castro Lomelino e filhos e demais família, cumprem o doloroso dever de participar às pessoas de suas relações e amizade o falecimento do seu saudoso marido, pai, sogro, avô e parente, que foi residente à Rua Arcebispo D. Aires, n.º 46-D, e que o seu funeral se realiza hoje, pelas 13,30 horas, saindo da capela do cemitério de Nossa Senhora das Angústias, em São Martinho, para jazigo no mesmo.

Será precedido de missa de corpo presente, às 13 horas, na referida capela. A459

A GERÊNCIA DO BAR «TIO RICO» participa o falecimento do sr. Manuel de Castro, pai do gerente sr. Alberto Diogo de Castro, e que o seu funeral se realiza hoje, pelas 13,30 horas, saindo da capela do cemitério de Nossa Senhora das Angústias, em São Martinho, para jazigo no mesmo.

Funchal, 22 de Janeiro de 1976. A460

A cargo da Agência Funerária FUNCHALENSE de ANDRADE & LEANDRO, LDA

Rua da Ponte Nova, 13 — Telef. 23771

MISSA

Carlos Eugénio Gomes

FALECEU

Sua família participa o seu falecimento em Lisboa, na passada 5.ª-feira, 15 de Janeiro, e convida as pessoas das suas relações e amizade a assistir à missa do 7.º dia, por sua alma, que se realiza hoje, pelas 19 horas, na igreja de Santa Maria Maior, agradecendo antecipadamente a todas as pessoas que se dignarem assistir a este piedoso acto.

Funchal, 22 de Janeiro de 1976. A444

PUBLICIDADE

AUXÍLIO MATERNAL DO FUNCHAL

AVISO AOS SÓCIOS

Como na Assembleia do dia 14 não ouve quorum, e, havendo dúvidas sobre o teor dos actuais Estatutos desta Associação, a Comissão Administrativa leva ao conhecimento dos Sócios que a Assembleia Geral (2.ª convocação) não se realiza hoje, conforme anúncio publicado nos diários locais nos dias 4, 6 e 7 do corrente mês.

A Comissão Administrativa, por este e outros motivos que, se necessário for, poderá vir publicamente esclarecer, leva ainda ao conhecimento dos Associados que, oportunamente, convocará nova Assembleia Geral.

Funchal, 22 de Janeiro de 1976.

A Comissão Administrativa

A455

BENEFICIE DE 10% DE DESCONTO NA SUA ASSINATURA ANUAL DE DN

PAGANDO-A ANTECIPADAMENTE ATÉ 31 DE JANEIRO CORRENTE

ORIGINAL COM DESFOCAGEM

TINTA REPASSADA
Bleed Though

1876-1976 DN ano 100
11 OUTUBRO 75 — 11 OUTUBRO 76

ÚLTIMA PÁGINA **DIÁRIO DE NOTÍCIAS** FUNCHAL, 22 de Janeiro de 1976

MANTIDO O AUMENTO DE 50% NO SERVIÇO DE TÁXIS

Por despacho exarado, ontem, pelo governador do Distrito, é mantido o aumento de 50% sobre o valor marcado pelos taxímetros no serviço de táxis.

Entretanto, é do seguinte teor o citado despacho:

«Por despacho do governador civil, e mediante estudo e parecer da Junta Geral, é mantido o aumento de 50% sobre o valor marcado pelo taxímetro no serviço de táxis.

Nos serviços ao quilómetro — letra A — ou viaturas de táxis trabalhando ao quilómetro, para veículos de 4 lugares, foi determinado o preço de 4$50, e para veículos de 6 lugares, o preço de 7$00, sendo os mínimos de cobrança de 20$00 e 35$00, respectivamente.

BOTÂNICOS SUECOS ESTUDAM FLORA MADEIRENSE

No dia 15 de Março próximo são esperados na Madeira, num voo da agência «Vingresor», os componentes de um grupo de botânicos suecos que procederão a estudos sobre a flora do Arquipélago. Demorar-se-ão uma semana na Madeira.

Um dos botânicos que nos visita é elemento considerado no seu país, mantendo um programa especializado na TV sueca.

Trabalhadores da Fábrica de Borracha Leacock aprovam caderno reivindicativo

Reunidos ontem à tarde os trabalhadores da Fábrica de Borracha Leacock, aprovaram por unanimidade o seguinte caderno reivindicativo:

«1.º — Os trabalhadores recomeçam imediatamente a laboração, desde que a entidade patronal se obrigue a pagar os dias de greve;

2.º — A entidade patronal obriga-se a cumprir, integralmente, a lei e os contratos colectivos em vigor;

3.º — Retroactividade a partir de 1 de Janeiro de 1976;

4.º — As reposições salariais anteriormente a 1 de Janeiro de 1976, ficam suspensas durante 6 meses;

5.º — Se dentro de trinta dias a partir da entrega do caderno reivindicativo às entidades patronais, não se chegar a acordo quanto aos números 2, 3 e 4 desta reivindicação, os trabalhadores reservam o direito de usar imediatamente formas de luta, incluindo a greve».

TURISMO

DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 1975 VERIFICOU-SE NA HOTELARIA MADEIRENSE

UM ACRÉSCIMO DE OCUPAÇÃO DE 21,6% EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR

A Delegação do Funchal do Instituto Nacional de Estatística distribuiu, ontem, a publicação «Indicadores da actividade económica», relativa a Turismo e ao mês de Novembro do ano transacto.

Pelos números que adiante publicaremos, concluímos que, realmente, ao contrário do que tem acontecido em todo o País, o turismo na Madeira sofreu um grande incremento, acusando sobretudo um aumento de hóspedes e dormidas de residentes em Portugal (mais 21,1% e mais 26,8%, respectivamente), superior ao acréscimo verificado com os estrangeiros (mais 14,7% e mais 16,4%). Nestes, há que realçar um maior contingente de turistas suecos, que em Novembro/75 se fixou em 28.817, que, comparado com os dois meses anteriores (Setembro — 7.329 e Outubro — 19.704) mostra-nos os resultados positivos da operação da agência «Reso» na Madeira, sobretudo beneficiada por aquele «tour-operator» ter cancelado os seus circuitos para território espanhol, por questões políticas, conforme na altura noticiámos. Em relação ao ano de 1974, em igual período de 1975 verifica-se um acréscimo de 46.840 hóspedes suecos.

Publicamos então, em seguida, alguns dados numéricos:

— RESIDENTES EM PORTUGAL:

	Jan.-Nov./75	Jan.-Nov./74
Hóspedes	**40.961**	**33.815**
Dormidas	**215.288**	**169.792**

— RESIDENTES NO ESTRANGEIRO:

	Jan.-Nov./75	Jan.-Nov./74
Hóspedes	**129.887**	**113.247**
Dormidas	**1.075.903**	**924.490**

— DORMIDAS DE ESTRANGEIROS:

Países	Jan.-Nov./75	Jan.-Nov./75
Total	1.075.903	924.490
Alemanha (R. F.)	**288.902**	**289.121**
Bélgica	**124.095**	**28.702**
Dinamarca	**82.750**	**65.757**
E. U. A.	**23.525**	**57.696**
Finlândia	**39.681**	**16.742**
França	**45.723**	**43.511**
Holanda	**41.563**	**22.581**
Reino Unido	**227.254**	**227.335**
Suécia	**129.136**	**82.296**
Suíça	**21.691**	**23.594**
Outros países	**51.580**	**67.155**

De notar o decréscimo verificado em relação à visita de turistas norte-americanos, como se pode concluir dos quadros atrás publicados.

NA ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

CURSO DE CONFECÇÃO E MANEJO DE FANTOCHES

— a incontestável importância didáctica da matéria referida pelo mestre Francisco Esteves

Na Escola do Magistério Primário do Funchal está a decorrer um curso de confecção e manejo de fantoches.

Julgamos ser esta a primeira vez que entre nós se proporciona a um sector de profundas e responsáveis implicações pedagógicas — como é o do Ensino Primário — um curso de uma actividade de marcante posição cultural. Despertar a sensibilidade da criança para as realidades sociais através da representação cénica afigura-se-nos como um dos pontos fundamentais de um ensino que se deseja polivalente. O fantoche, por seu turno, é exigível numa iniciação pedagógico - teatral. Por isso nos interessou sobremaneira o curso que mestre Francisco Esteves — um dos grandes responsáveis pelo que se tem feito no nosso País pelo teatro de fantoches — veio ministrar ao Funchal a 56 alunos, na sua grande maioria raparigas, na Escola do Magistério Primário.

Ontem, assistimos a parte de uma das aulas admirando a singeleza como de uma peça vulgar, de uso pessoal muitas vezes, se pode construir um fantoche. Um pouco de tinta mais um pouco de habilidade e imaginação e aí está o que poderá vir a ser um personagem de qualquer peça concebida mesmo pela gente miúda.

— Foi a pedido do seu Centro Regional da Madeira, de que é director o dr. Jorge Garcês de Atouguia, que o Instituto de Tecnologia Educativa, do qual faço parte, promoveu o curso que agora decorre na Madeira — adiantou-nos mestre Francisco Esteves, acrescentando: a concretização do mesmo veio revelar a falta de conhecimento existente sobre o trabalho de construção de fantoches. No entanto, trata-se de uma actividade de incontestável importância didáctica.

A construção de um boneco — prossegue mestre Francisco Esteves — a partir de qualquer objecto simples considerado já inútil, até, por exemplo, ao aproveitamento de esferovite, obriga a que as criança ou adolescente ponha o cérebro a trabalhar em termos de maginação, de criatividade. Assim sendo, poder-se-á descobrir-lhes faculdades que se quedavam adormecidas. Tenho vários exemplos de crianças que se sentiam impotentes face à perspectiva de virem a construir um boneco e isso só porque se diziam sem jeito para o fazer. A prática, porém, encarregou-se de desmentir tal **designio** e as crianças acabaram por descobrir em si uma faceta que lhes era desconhecida e lhes agrada sobremaneira. E o caso destas crianças passa-se com adultos: uma senhora de 50 anos a quem ministrei aulas dizia-me repetidamente que não se sentia apta para a construção de bonecos porque não tinha intuição para o desenho, etc. Afinal veio a realizar-se — segundo as suas próprias palavras — através da feitura de bonecos. Libertou-se — afirmava — de um complexo que a dominava.

Mestre Francisco Esteves: «é incontroverso o valor didáctico dos fantoches»

Quem é Francisco Esteves?

Actor e empregado de escritório — já lá vão muitos anos — a sua sensibilidade artística remeteu a secretária e a máquina de escrever para segundíssimo plano. O bom actor que foi reformou-se, cedo de mais, naturalmente, devido a problemas cardio-vasculares. Ficou-lhe o germen dos fantoches. Aos 20 anos escrevia peças infantis cujas personagens eram os bonecos manejados por mãos hábeis. Mais tarde, director da Casa da Comédia, julgou de oportunidade o lançamento de cursos de porta-aberta. Hoje é mestre do Instituto de Tecnologia Educativa, único adentro do Ministério, requisitado por todo o País, pondo em prática todos os seus vastos conhecimentos e experiência adquiridos em anos de actividade e em cursos feitos no estrangeiro. Já autoridade na matéria, mestre Francisco Esteves deslocou-se o ano transacto ao Brasil, onde, a convite da Associação de Teatro de Bonecos, proferiu uma palestra. No próximo ano, será Petrópolis.

— Os investigadores históricos — assevera-nos o nosso entrevistado — e disso nos dá conta Teófilo Braga, referem a existência de Teatro de Fantoches em Portugal no século XVIII. No entanto, já na Idade Média existiam fantoches... o fantoche terá nascido com o segundo homem...

A necessidade de divulgação é referida por Francisco Esteves:

— Começam efectivamente a aparecer grupos interessados, mas há a necessidade da carolice, do gosto pela actividade que a possa lançar estruturalmente.

A televisão poderá desempenhar papel importante na difusão do teatro de fantoches através do seu espaço educativo, mas, sendo eu o único professor ligado ao Ministério da Educação, não há disponibilidade de tempo. Entretanto, a nível de escolas e mesmo do sector das educadoras de infância o nosso trabalho vai ganhando dimensão, deixando raízes.

Aqui no Funchal, os 56 alunos que frequentam o curso estão divididos por 4 grupos. A primeira sessão realizada foi de sensibilização, tendo-lhes falado um pouco de história e apresentado coisas simples em cartolina e outros meios idênticos. Agora a confecção pertence, inteiramente aos alunos, que têm dado largas à sua criatividade. No final, haverá uma sessão de trabalhos.

Aqui, a continuidade do processo poderá basear-se nos ensinamentos agora colhidos...

Alunas do 2.º ano da Escola do Magistério Primário «dão vida» aos seus fantoches.

TERCEIRO MUNDO

Manterá diálogo com países pobres e ricos

PARIS, 21 — Os 19 representantes do Terceiro Mundo no diálogo Norte-sul apresentam num documento de 18 páginas as reivindicações que tencionam formular nas quatro comissões do diálogo que começarão a trabalhar em 11 de Fevereiro.

Este documento, resultado de um compromisso entre os países produtores de petróleo e os outros países do Terceiro Mundo, será discutido em Paris pelos 10 co-presidentes do diálogo (5 para os países em vias de desenvolvimento e 5 para os industrializados). Trata-se de um documento moderado, que não indica, porém, que os representantes do Terceiro Mundo tenham renunciado a alterar, por completo, as relações entre ricos e pobres.

O documento dos «19», retomando em grande parte as reivindicações formuladas pelo Terceiro Mundo nas VI e VII sessões especiais da O.N.U., exige a adopção de «medidas coerentes baseadas nos princípios que inspiram instauração de uma nova ordem económica mundial tal como são enunciados na Carta dos Direitos e dos Deveres Económicos dos Estados».

CASOS DO DIA

NA MADRUGADA DE ONTEM

35 CONTOS EM ARTIGOS

FURTADOS NUM ESTABELECIMENTO COMERCIAL

Na sequência da onda de assaltos que se têm verificado ultimamente, contamos com mais um ao cimo da Rua de João Tavira, no estabelecimento de electrodomésticos «Ramos & Ramos», realizado na madrugada de ontem.

Às 3 horas da madrugada, estivera no referido estabelecimento o sócio-gerente João José Forrest Ramos, que nada encontrara de anormal, mas, às 6,45, um agente da PSP, que ocasionalmente passara junto ao estabelecimento, repara que as suas portas estavam abertas, tudo levando a crer ter sido nova «proeza» de assaltantes.

Estima-se «à priori» em cerca de 35.000 escudos o valor do furto, tendo sido levados pelos assaltantes rádios, gira-discos, colunas alti-falantes e «cassetes».

O caso foi entregue para investigação à PJ.

OBJECTOS EM OURO NO VALOR DE 40.000$00

também foram furtados da Capela da Ajuda

Como tínhamos noticiado na última terça-feira, foi assaltada a capela da Ajuda. A acrescentar àquilo que os larápios subtraíram daquele templo católico, assinalamos hoje vários objectos em ouro que lá se encontravam, avaliados em cerca de 40 mil escudos.

A PJ prossegue as investigações.

aSseMBLeiAs coMíciOs ReuNiõES

Juventude Socialista

A Juventude Socialista convoca todos os seus militantes na Madeira para um assembleia geral a realizar hoje pelas 19.30 horas.

DEFICIENTES FÍSICOS DA MADEIRA

Levada a efeito pela Associação dos Deficientes Físicos da Madeira, realiza-se no próximo sábado, dia 24, pelas 14.30 horas, no auditório da Caixa de Previdência do Funchal, à Rua do Bom Jesus, uma reunião, a que deverão comparecer todos os deficientes físicos da Madeira, dada a importância dos assuntos que nela serão tratados.

Conforme noticiámos, foi ontem inaugurada no Hotel Sheraton, uma exposição do pintor alemão Mani Wallman, que na gravura se vê acompanhado do director daquela unidade sr. J. R. Mendes. As obras de Mani Wallman foram apreciadas por numerosas pessoas. A Mani Wallman e à sua expressão artística «DN» já se referiu em números anteriores

TINTA DESCOLORIDA